

Ciência em Foco

Volume IX

Bruno R. de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Jorge G. Aguilera
Aris V. Peña
Rosalina E. L. Zuffo
org.



2022

Bruno Rodrigues de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Aris Verdecia Peña
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Organizadores

Ciência em Foco
Volume IX



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciência em foco [livro eletrônico] : volume IX / Organizadores Bruno Rodrigues de Oliveira... [et al.]. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022. 86p. il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81460-57-0

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460570>

1. Ciência – Pesquisa – Brasil. 2. Pesquisa científica. I. Oliveira, Bruno Rodrigues de. II. Zuffo, Alan Mario. III. Aguilera, Jorge González. IV. Peña, Aris Verdecia. V. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A Coletânea Ciência em Foco, desde o seu primeiro volume, vem proporcionando a divulgação de pesquisas científicas nas mais diversas áreas do conhecimento. Esta obra é de extrema relevância nos dias atuais, pois precisamos lidar com as “fake news” diariamente. A melhor ferramenta que temos para isso é o conhecimento curado, filtrado por especialistas, e revisado por pares. Neste nono volume trazemos aos leitores seis capítulos.

O Capítulo 1 aborda um tema ainda sensível em nossa sociedade: a prostituição. Os autores percorrem o assunto desde a Grécia Antiga até os dias atuais. Os focos das discussões fixam-se na prostituição viril (prostituto com características masculinas proeminentes) e na cultura da noite, realizando uma análise psicossocial das questões relacionadas. O Capítulo 2 também aborda assuntos relacionados ao gênero masculino. Os autores discutem, permeando às questões históricas da transição do matriarcado para o patriarcado, a construção psicossocial da imagem do deus judaico-cristão, apresentado como um ente masculino. Continuando a discussão sobre assuntos ligados à religião, no Capítulo 3 os autores apresentam um referencial teórico baseado nas ideias de Freud para discutirem o tópico dos delírios com conteúdo religioso e místico numa perspectiva psicológica.

Saindo dos assuntos da área psicossocial e migrando para a área de saúde-pública, no Capítulo 4 os autores e as autoras apresentam um estudo visando o desenvolvimento de um roteiro de inspeção direcionado às farmácias comunitárias para subsidiar o desenvolvimento e/ou implementação do serviço de testagem de COVID-19. Também relacionado ao tema de saúde ligado às farmácias comunitárias, no Capítulo 5 os autores e as autoras elaboram uma pesquisa com o intuito de desenvolver uma cartilha sobre dispensação farmacêutica com o intuito de melhorar essa atividade, proporcionando mais segurança para os pacientes.

Para finalizar, no Capítulo 6, escrito em língua espanhola, trata de questões relacionado do Direito Penal Peruano. O autor foca suas discussões nas novas funções dos operadores de direito diante do Novo Modelo Processual Penal, destacando que nesse modelo: a oralidade prevalece antes do documento escrito; é garantindo o direito de defesa do acusado, em qualquer estado do processo criminal; e, o promotor dirige sua própria investigação, de acordo com sua teoria do caso, sob responsabilidade funcional e o juiz dirige o julgamento.

Esperamos que cada um dos temas abordados com cuidado nessa coletânea, possa contribuir com o crescimento e fortalecimento da ciência em geral.

Tenham uma boa leitura.

Os organizadores


Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Cultura da noite e identidade: uma análise psicossocial da prostituição viril	6
Capítulo 2	21
A construção psicossocial da supremacia do pai: a constituição do poder masculino nas ideias religiosas	21
Capítulo 3	36
Uma análise dos delírios religiosos em perspectiva freudiana	36
Capítulo 4	45
Roteiro de inspeção para implementação do serviço de testagem para Covid-19 em farmácias comunitárias	45
Capítulo 5	57
Desenvolvimento de uma Cartilha de Dispensação Farmacêutica em Farmácias Comunitárias	57
Capítulo 6	67
Estudios jurídicos del Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano: A propósito de las nuevas funciones de los operadores del Derecho	67
Índice Remissivo	84
Sobre os organizadores	85

Cultura da noite e identidade: uma análise psicossocial da prostituição viril

Recebido em: 28/07/2022

Aceito em: 01/08/2022

 10.46420/9786581460570cap1

Lígia Leite Grillo¹ 

Bryan Silva Andrade^{2*} 

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a prostituição masculina é tão presente na narrativa da história do homem quanto a feminina. Muitos são os relatos de prostitutas desde a época dos grandes filósofos gregos. Alguns dessa classe tinham mais acesso ao conhecimento do que muitos cidadãos gregos (Ceccarelli, 2008).

O tempo passou e a prostituição continuou arraigada às civilizações. Resistiu ao moralismo das religiões, à Idade Média, à Revolução Industrial. Mesmo quando parecia desaparecer devido a movimentos liberais de contra-cultura do século XX, ela permaneceu escondida apenas (Ceccarelli, 2008; Duby, 2011; Santos, 2009).

A prostituição masculina é bastante ampla, pois existem muitas facetas que abarcam o fenômeno. A prostituição viril ou michetagem, no entanto, é aquela em que o prostituto tem características masculinas proeminentes (Teixeira, 2011).

Os motivos pelos quais rapazes decidem fazer programa são variados, alguns são extremamente pobres, já outros nem tanto, eles têm na prostituição uma forma de ganhar um pouco mais de dinheiro no final do mês (Santos, 2009).

A cultura da noite na qual estão inseridos também é diferente e tem suas peculiaridades, como a impossibilidade de aproximação entre michês e gays, ou michês e prostitutas, por exemplo (Perlongher, 1985).

A identidade também é um aspecto interessante a ser estudado sob essa ótica da prostituição viril. As diferenças identitárias estão atravessadas pela ideia de identidade etiquetada, o que por muitas vezes

¹Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Especialista em Gestalt Terapia pelo Instituto Müller-Granzotto de Psicologia Clínica Gestáltica; Mestranda em Saúde Coletiva (UNIFOR).

²Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em TTC pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Psicólogo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

* Autor correspondente: bryanpsicologia@gmail.com

compromete o poder de criar algo novo do sujeito, sujeito esse que já é muito estereotipado (Sawaia et al., 2008).

Diante dessas pontuações, surgem várias inquietações sobre como esses indivíduos refletem sobre aquilo que vivem, como acontecem as relações com a família e outros grupos sociais, por que os michês não se consideram gays, apesar de fazerem programas com homens, por que o imperativo de consumo norteia por tantas vezes essa prática, etc.

A produção científica na Psicologia Social a respeito do tema cresce de acordo com a demanda, pois é preciso conhecer esse público para realizar um trabalho válido e eficiente. Porém, ainda existe uma escassez de trabalhos relevantes relacionados especificamente ao tema.

A busca por essas respostas se deu na forma de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, explanatória e descritiva, pautada na leitura de livros e artigos científicos previamente publicados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A PROSTITUIÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA

A prostituição, como é conhecida hoje, é datada desde a Grécia Antiga. Nessa época, ela era tida como parte integrante da vida da pólis, sendo também algo comum entre os habitantes das cidades de Corinto e Atenas. Por se tratar de uma situação tão corriqueira na dinâmica das cidades, o governo decidiu então legalizá-la e cobrar impostos de todos os prostíbulos (Peters; Cerqueira, 2014).

Na Grécia Antiga, a prostituição masculina e a feminina eram igualmente explícitas para a sociedade e não eram vistas como algo escandaloso. Os chamados *pórnoi* eram prostitutas que atendiam a homens e a mulheres, sujeitos ao pagamento de impostos ao Governo (Ceccarelli, 2008).

Nos pontos das cidades mais importantes, como o porto de Pireu em Atenas, e no bairro de Cerâmico, a prostituição era grande fonte de arrecadação de dinheiro, e claro, de tributos. Tanto os bordéis quanto os prostitutas avulsos pagavam um imposto chamado de *pornikón*. O esquema funcionava de forma que coletores especialmente nomeados iam buscar o dinheiro do imposto nos bordéis (Peters; Cerqueira, 2014).

Os mesmos autores citados acima trazem que nessa época a prostituição não era considerada uma atividade clandestina, mas sim algo presente no dia a dia da cidade, tida como indispensável e até mesmo sagrada. Sagrada, pois existia uma classe específica de mulheres que praticavam a prostituição apenas nos templos dedicados à Afrodite, a deusa do amor. Havia também uma classe denominada *pórne*, sendo essas prostitutas de bordéis públicos, baratos e acessíveis. Por último a classe das *heteras*, eram em sua maioria estrangeiras, cultas, belas e muito caras.

Ceccarelli (2008) acrescenta ainda que as prostitutas deveriam vestir-se de forma a serem facilmente identificadas, e apesar de pagarem impostos altíssimos ao governo ficavam com uma boa quantia em dinheiro para si, a ponto de algumas mães estimularem as filhas a fazer carreira no meretrício.

Na cultura antiga da Grécia as prostitutas tinham muito mais liberdade do que as moças filhas de cidadãos gregos, que eram educadas de forma rígida e criadas para o casamento. Cita-se o nome de Aspásia de Mileto, uma prostituta grega que se tornou muito famosa e admirada por seus dotes intelectuais e por ter grande influência nas decisões políticas. Tão respeitada a ponto de o filósofo Sócrates levar seus discípulos à sua casa para ouvi-la. O mesmo autor traz: “Curiosa expressão da legendária democracia grega: só as prostitutas tinham acesso ao conhecimento” (Ceccarelli; 2008)

DO JUDAÍSMO À DÉCADA DE 1980

Com o passar do tempo, outros povos e culturas surgiram no ocidente, e com isso sua religião torna-se norteadora para as condutas de toda uma sociedade. Foi o que aconteceu com o judaísmo. A cultura judaica censura totalmente a prática da prostituição, com punições aos praticantes que podiam chegar à pena de morte. Porém, a realidade era um pouco diferente, quando se lê no livro de Josué o caso de Raabe, uma prostituta que foi salva por Deus (Ceccarelli, 2008).

O cristianismo também condena veementemente tal atividade, que vai de encontro a todos os preceitos de casamento e família estabelecidos pela Igreja Católica. Essa prática também era tida como responsável pela difusão de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, que não tinha cura na época. Com a Reforma Religiosa do século XVI, a ideia de pureza passou a ser de grande valia nas relações. As pessoas tinham casamentos arranjados pelos pais, não levando em consideração os sentimentos mútuos, o que colaborou para a ampliação da prática da prostituição. Essa mesma prática nunca deixou de existir e caiu na clandestinidade, estando presente em todas as cortes europeias e em suas colônias (Ceccarelli, 2008).

Na Idade Média, os ritos de casamento eram evidentemente revestidos por uma ética cristã. Pregava-se a monogamia. Porém, essa mesma sociedade que tinha valores morais tão seguros não negava ao homem (ao marido, no caso) o poder de romper com a união de acordo com seu anseio, de afastar a esposa e buscar outras formas de prazer fora do casamento. Índícios atestam o amplo desenvolvimento do concubinato nessa época, assim como a glorificação da virilidade masculina (Duby, 2011).

Com o fim da Idade Média a crença em Deus não desapareceu, mas Ele se distanciou do mundo, se colocou “sobre” ele. Deus foi o criador da ordem no mundo e cabe ao Homem apreciá-la. Dessa forma, o mundo deixou de ser sagrado e passou a ser objeto de uso, estando disponível a sofrer transformações mecânicas e abstratas. Abre-se caminho para o humanismo moderno (Figueiredo; Santi, 2008).

No século XIX houve uma revolução bastante importante para o desenvolvimento do homem e do capitalismo, a Revolução Industrial. Iniciada na Inglaterra e posteriormente difundida por todos os países do mundo, esse novo ciclo colocava a mulher em um patamar de desigualdade em relação aos homens. Essa desigualdade presente no trabalho conseqüentemente refletia na qualidade de vida, já que

outras formas de ganhar dinheiro estavam escassas. Sendo assim, prostituir-se em troca de favores e melhores condições de vida mostrou-se uma opção (Ceccarelli, 2008).

Já no final da década de 60 e início da década de 70 aconteceu o movimento hippie, que pregava o amor livre, desinteressado e desprendido de valores morais arcaicos. Apesar de não ter chegado em si a todos os países, influenciou o pensamento e o comportamento de toda uma geração. Com a ideia de liberdade sexual os bordéis foram perdendo força, entretanto a prostituição continuava a crescer. A imposição do casamento pela Igreja já não fazia tanto sentido assim, encorajando os jovens a irem contra a ordem vigente e pré-estabelecida de que deveriam constituir uma família nuclear (Santos, 2009).

Nos anos 1980 a epidemia de AIDS iniciada na África atingia outros continentes com grande rapidez. Por esse motivo, tiveram início no Brasil alguns programas de conscientização e de saúde pública, sempre tendo em mente o conceito de sexo seguro (Santos, 2009).

AS PROSTITUIÇÕES MASCULINAS NA MODERNIDADE

A modernidade pode ser entendida como o período histórico que foi amplamente influenciado por filósofos iluministas, como também por Hume e Emanuel Kant. Desde então, surge a premissa de que o homem passa a se reconhecer como um ser autônomo e universal, que usando da razão pode operar sobre a sociedade e a natureza. Podendo operar sobre a natureza, formas e técnicas para otimizar a realização de tarefas foram criadas (Figueiredo; Santi, 2008).

A Revolução Industrial, já falada acima, foi um importante propulsor para grandes desenvolvimentos, tanto na área das ciências da saúde, como nas ciências exatas e sociais. Como contraponto a esse acontecimento, a pobreza extrema de boa parte da população europeia naquela época era um fato inegável. Acredita-se que foi durante esse período que houve um aumento da prostituição em toda a Europa, e conseqüentemente em suas colônias, devido majoritariamente às imigrações e à promiscuidade decorrente das grandes aglomerações (Aquino et al., 2010).

Com o surgimento e desenvolvimento da chamada mundialização a partir da Revolução Industrial, novas relações entre economia, política e sociedade são estabelecidas. As vivências atuais são ao mesmo tempo de uma falência de um modelo antigo, e o fim da capacidade de criar algo novo. Sawaia (2008) acrescenta que os problemas sociais advindos desse processo se acumulam, sobrepondo-se no seio das sociedades. Um fator que explicita esse fenômeno são as categorias sociais com renda mais elevada ao lado das categorias excluídas (Sawaia et al., 2008).

As noções de pobreza e exclusão figuram no horizonte histórico do Brasil, já que sua matriz escravista perpassa o passado e chega até os dias de hoje. As manifestações desse fenômeno são as mais variadas possíveis, documentadas e registradas pelo próprio governo brasileiro, que hoje tomaram forma de uma assistência social peculiar (Sawaia et al., 2008).

A prostituição encontra-se inscrita na privação coletiva desde a era moderna, já que essa lógica está presente nas formas de relações econômicas e culturais da sociedade brasileira. Essa privação coletiva é entendida como exclusão social, que inclui a pobreza, discriminação e não representação pública. Sendo assim, os contornos que a atividade de se prostituir tomou foram cada vez mais camuflados, apartando-se pouco a pouco das práticas aceitas pela sociedade (Sawaia et al., 2008).

Por definição da atividade de um prostituto entende-se que é a comercialização de seu corpo para a realização de práticas sexuais e/ou eróticas para os chamados “clientes”, em troca de remuneração normalmente em dinheiro, cujo valor depende de fatores como o local de encontro, a aparência do cliente, o tempo de duração do programa, o conteúdo envolvido, etc. (Teixeira, 2011).

Quando se trata de prostituição masculina hoje em dia, vale ressaltar a variedade de facetas que abarcam. Existem os homens hipermasculinos, que via de regra não se consideram homossexuais; há os homossexuais assumidos; os bissexuais e os travestis, que imitam os gestos e o corpo de uma mulher (Teixeira, 2011).

Ceccarelli (2008) ainda acrescenta:

Por fim, há os michês eventuais que, quando a ocasião se apresenta, não perdem a chance de “ganharem um extra”. Fato interessante é que entre tais sujeitos, existem os que usam a prostituição como desculpa – “isso é apenas um trabalho” – para viver uma relação homossexual de outra forma intolerável a eles (Ceccarelli; 2008).

Atentando-se às obras de alguns historiadores, é possível observar que grandes irrupções da experiência subjetiva privatizada acontecem em momentos de crise social, quando valores, normas e costumes são contestados. É o que acontece quando os michês se encontram na situação de prostituição pela primeira vez. Nessas situações surgem novas formas de vida, onde o Homem é obrigado a tomar decisões sem ter o apoio da sociedade (Santos, 2009; Figueiredo; Santi, 2008).

Quando ocorre um desprendimento de velhas tradições (sejam elas familiares ou não) e um leque de novas possibilidades se abre, cada um se vê obrigado a recorrer ao seu “eu” mais íntimo, aos seus critérios de certo e de errado. A perda de referências primárias, como religião e família, força o Homem a construir suas próprias referências. Surge então um espaço para a experiência da subjetividade privatizada: quem sou, o que quero, como me sinto, o que é justo? Nessas circunstâncias, o Homem descobre que é capaz de tomar suas decisões e que é responsável por elas (Figueiredo; Santi, 2008).

Hoje tem-se a informação que uma grande parcela dos sujeitos é composta por rapazes jovens e bastante humildes, que procuram em grandes centros uma forma de enriquecer, o mais rápido possível. Porém, por não serem qualificados para o mercado de trabalho formal são empurrados para as ocupações de risco, como tráfico de drogas, crime organizado e prostituição. O desejo por frequentar lugares caros, usar roupas de grife, poder viajar e ter uma conta bancária farta também são fatores decisivos para a entrada na prostituição (Santos, 2009).

Porém, a pobreza não é fator exclusivo e determinante para o ingresso na prostituição. Existem garotos que fazem curso superior, pertencem à classe média e falam mais de uma língua. Eles têm a

prostituição como boa fonte de renda, pois conseguem ganhar mais dinheiro do que se estivessem fazendo outra coisa (Santos, 2009).

O desejo de consumir, seja o básico ou o sofisticado, está intimamente ligado à prostituição. O sistema mercantil desenvolvido no qual todos estão inseridos tem como prerrogativa a troca, troca de mercadorias por mercadorias e/ou de trabalho por dinheiro. O mercado cria a ideia de que o lucro de um é o prejuízo do outro. No caso da prostituição viril, isso ocorre quando o cliente barganha o programa, tenta “enganar” e diminuir o michê (Figueiredo; Santi, 2008; Teixeira, 2011).

O preço da escolha por levar uma vida “desviante” é alto. Por não serem qualificados o suficiente para o mercado de trabalho formal e por terem grande desejo de consumir, esses rapazes encontram-se livres. Essa liberdade vem de várias formas. Eles não têm vínculo empregatício algum, não têm lugar fixo de trabalho e não têm apoio nem sustentação dos grupos de que antes pertenciam. Mesmo que essa escolha seja consciente, eles passam a conviver com a indecisão. Seu futuro agora é de total responsabilidade de sua disposição, sua esperteza e sua sorte (Perlongher, 1985; Figueiredo; Santi, 2008).

Ainda na perspectiva de Santos (2009), a prostituição masculina está presente em todos os grandes centros, como Fortaleza, Rio de Janeiro, Belém. Mas também pode ser encontrada em lugares menores, evidenciando que o crescimento do mercado sexual está intimamente ligado ao crescimento econômico da região. Seguindo tal linha de pensamento, essa realidade, apesar de encoberta, está mais perto do que se pensa.

O MICHÊ

O termo michê, ou prostituto com características viris, traz o título da França, seu possível berço. Porém, cabe ressaltar que a palavra michê vem de uma gíria francesa, onde designa-se o homem que dá dinheiro à mulher para conquistar-lhe favores. Outro dicionário francês traz a definição como sendo um homem tolo, iludido, chulo, que vive na companhia de mulheres da vida (Santos, 2009; Augras, 1985).

Observa-se que o sentido original da palavra é conservado na expressão “fazer michê”, já que se trata de um papel que o homem exerce de manter uma prostituta. Mas em algum momento da história o sentido da palavra se inverte, michê deixando de ser o cliente e passando a ser o prostituto. A autora traz:

A definição do Aurélio permite apreender o mecanismo da transformação da palavra sinônima de cliente em sinônima de prostituta/o. O nexos associativo, o elemento transformador do código, é o dinheiro. De homem tolo, que dá dinheiro às mulheres (seria tão fácil ter mulher de graça, se fosse usar o código dos sentimentos amorosos...), passa-se ao preço da prestação sexual e, logo, ao agente fornecedor dessa prestação. Vale dizer: não se distinguem os contratantes, quem vende iguala-se a quem compra (Augras; 1985).

Hoje em dia, após essa inversão de sentido da palavra, compreende-se michê por jovens e adultos do sexo masculino que comercializam através da imagem as características de uma identidade reconhecida socialmente como masculina, viril. Independente de seus anseios, o que é negociado nessa relação é o desejo e a virilidade (Santos, 2009).

Por venderem essa imagem de virilidade, muitos não aceitam fazer o “passivo”, pois isso acarretaria em perdas simbólicas, já que eles têm a autoimagem de ser “macho”. Além disso, causaria a redução da demanda de clientes, pois alguns desses clientes não aceitam michês que fazem “tudo”. Na maioria dos casos, não há a noção de homossexualidade estabelecida, pois no papel de “ativo” ele é o “macho” (Santos, 2009).

O prostituto viril exerce a qualidade de penetrante, seja em homens ou em mulheres. Mostram-se como másculos e fortes. Fazem anúncios em jornais, mídias sociais e no boca-a-boca. Alguns optam por usar critérios rígidos com os clientes, chegando ao ponto de escolher com quem fazem programa. Existem outros ainda mais caros, que atuam em clubes prives, casas de massagem, saunas, etc. Esses são jovens de nível cultural mais elevado, por vezes são estudantes universitários (Santos, 2009).

Contudo, as exceções também existem. Garotos que não são como a mídia apresenta. São pobres, não usam roupas nem perfumes caros, não frequentam lugares badalados, não são bonitos e fazem ponto em lugares insalubres, como ruas escuras, banheiros públicos e cinemas. Em determinadas ocasiões fazem programas por valores ridículos, apenas para satisfazer as necessidades mais urgentes. Trata-se de garotos marginalizados, que não são aceitos nem pelas próprias famílias (Santos, 2009).

Não é incomum que esses homens sofram algum tipo de preconceito e de violência física por parte de clientes ou pares. Mas essa violência não é só a física. “O contrato prostitutivo é, em si, pura violência e retaliação” (Augras; 1985). É a meticulosa estipulação do uso do corpo, pedaço por pedaço, chegando a vislumbrar o desenho pontilhado de um boi na parede de um açougue (Augras, 1985).

Tal violência vem da própria raiz de aniquilação da existência do outro com tal. A possível essência narcisista do contrato de prostituição embasa a ideia de negação da alteridade do outro. Partindo do pressuposto de negação da realidade do outro tudo é possível, os comportamentos mais desviantes inscrevem-se na lógica da despersonalização (Augras, 1985).

Sendo assim, nem a sexualidade nem o desejo carnal em si são os causadores da alienação. Pelo contrário, o desejo sexual é fundamentado na atração pelo diferente, que não é o oposto, mas sim o complementar. A fonte de desejo é a realidade do outro como tal. O desejo carnal e narcisista acaba findando na mútua despersonalização ou “estéril jogo de espelhos” (Augras, 1985).

O enfoque no contrato da prostituição pode trazer conceitos superficiais e óbvios. Porém, está longe de representar algo que se afirma distante à sociedade ocidental, pois constitui uma amostra privilegiada para a análise das relações humanas que todos estão inseridos (Augras, 1985).

O INDIVÍDUO E A CULTURA DA NOITE

Seguindo ainda o pensamento de Monique Augras (1985), a prostituição em si e o seu contrato prostitutivo mostram uma singular população inserida no seio das cidades, que por vezes não é notada.

Tal população tende a agrupar-se, por mais distintas que sejam suas facetas (Augras, 1985; Perlongher, 1985).

É possível que em um determinado lugar da cidade coexistam “marginalidades” que remetem a transgressões morais, como prostitutas e delinquentes. O peso da lei vem na forma de força policial, e recai sobre as duas figuras de marginalidade. Essa repressão violenta pode ser justificada pelos policiais como única forma de conter os “perversos sexuais” (Perlongher, 1985).

Quando se trabalha a ideia da prostituição como sinônima de promiscuidade, é preciso lembrar que esse “gueto gay” está inscrito no “seio da noite”. Muitos michês não são marginais por motivos econômicos, contudo os lugares que frequentam e as minúcias de seu trabalho abrem as portas para uma fuga da normalidade. Porém, é possível que alguns deles abndiquem dessas ligações com sujeitos marginalizados (Perlongher, 1985).

Um fato interessante estudado por Soliva (2012) é atração de sujeitos que se prostituem para as grandes cidades. Tal fenômeno já foi trabalhado por alguns autores, e consiste em uma migração de indivíduos em pequena e média escala, que vem de pequenas localidades para grandes centros, contribuindo para a formação de uma subcultura baseada na amizade. A possível razão para que tal fenômeno aconteça é que nas cidades grandes eles não são tão pressionados pela vizinhança e família, não precisam mais viver uma vida dupla, podem assumir sua identidade real (Soliva, 2012).

O seio da cidade de grande porte, e as características que ela reúne, acabam por ser um espaço propício para produção de estilos de vida marcados por essa fuga da normalidade. A prática da prostituição ainda se beneficia por estar inserida no seio das cidades, pelo fato da possibilidade de acesso indiscriminado a universos clandestinos, por onde transitam várias possibilidades de atividade, sem comprometer o anonimato desses sujeitos. Esse anonimato presente nas metrópoles permite uma flexibilidade de endereços culturais, porém os grupos primeiros dos sujeitos serão sempre norteadores (Soliva, 2012).

O cenário urbano noturno é propício para a prática da prostituição. À noite as ruas se transformam em passarelas, instigam a transgressão da moral vigente, despertam olhares e desejos, fatores essenciais para o exercício da prostituição. Nas ruas, os rapazes expõem seus corpos e vislumbram amantes pagantes, pois o cliente deseja e realiza esse desejo em um ambiente social artificialmente criado pelos michês para satisfazê-los (Santos, 2009).

Com relação à cultura, sabe-se que as pessoas se constituem em um sistema cultural previamente dado, formando assim redes de inter-relação. Entretanto, esses não são sujeitos construídos passivamente pelo meio. Isso significa que não são constituídos automaticamente por um processo narrativo pré-estabelecido, mas sim são donos de posicionamentos e interpretações próprias. Não obstante, as escolhas de fazer parte ou não de determinados grupos é de responsabilidade desses sujeitos (Jacques et al., 2012).

Jacques et al. (2012) ainda traz que dentre todas as formas de vivências possíveis, viver em grupo é a mais complexa. Complexa, pois há a problemática de conviver com outros grupos que têm diferentes

códigos de condutas e leis. É notório que a existência de limites geográficos entre esses grupos, os michês não se misturam com as prostitutas, que não se misturam com gays, que não se misturam com os maconheiros etc. Elas coexistem em um mesmo espaço, mas não há uma permuta entre si (Jacques et al., 2012; Perlongher, 1985).

O possível motivo dessa separação é o medo sentido principalmente pelos michês em serem confundidos com as bichas, ou até de adquirir seus trejeitos. Quando isso acontece, os próprios michês do grupo se voltam contra aquele que transgrediu as sutis regras (Perlongher, 1985).

A teoria histórico-cultural não destaca somente as mediações entre as relações. Também leva em conta o papel do sujeito no momento, e não deixa de lado o contexto e as emoções onde surgem essas atividades tão dinâmicas. Ora, se os michês que se autodenominam assim devem se comportar de determinada forma, é porque eles assimilaram a narrativa cultural na qual estão inseridos, que inclui diálogos com a discordância, conformidade e contradição (Jacques et al., 2012; Perlongher, 1985).

É preciso destacar que o ser humano não tem uma forma fixa, como uma parede de tijolos, ele constitui-se o tempo todo. Uma dança em ciranda seria a melhor metáfora para ilustrar tal fenômeno. O indivíduo sócio-histórico se constitui a partir de uma rede de inter-relações sociais, e é através dessas relações que se torna possível a orientação desse sujeito no mundo. Mesmo estando sozinho, o homem carrega hábitos provenientes de uma vida em sociedade (Jacques et al., 2012).

A sociedade ocidental atual é caracterizada principalmente pelo individualismo. Tal individualismo é refletido em todas as relações, inclusive nas permeadas pela prostituição. Nesse caso, o profissional do sexo trabalha sozinho, quase isolado, colocando-se em oposição à sociedade que falsamente prega a interação e convívio entre os homens. Esse fato fica claro quando se constata o direito assegurado por lei, no qual todos podem ir e vir em lugares públicos, de acordo com sua vontade. Entretanto, alguns policiais não permitem que os prostitutas (e outras classes desviantes) transitem por determinadas localidades da cidade à noite, por se tratarem de indivíduos indesejados, que representam aquilo que se deseja esconder (Jacques et al., 2012; Perlongher, 1985).

IDENTIDADE

Um imperativo da sociedade ocidental contemporânea é a busca pela identidade, isto é, a busca por uma representação única e igual a si e diferente dos outros. A identidade resgata a individualidade como um valor cardeal, muito importante para o sujeito (Sawaia et al., 2008).

O conceito de identidade é definido por Jacques et al. (2012) como representações e conceitos de si mesmo, autoimagens, sentimentos reconhecidos como próprios do sujeito. A complexidade da definição do termo demonstra a multiplicidade de formas pelas quais cada indivíduo pode enxergar-se. É possível falar também da identidade pessoal, que são os atributos específicos de cada um; e a identidade social, que é caracterizada por atributos que inscrevem o sujeito em grupos sociais (Jacques et al., 2012).

O michê está inscrito em um grupo social peculiar. Teixeira (2011) traz que eles vendem uma imagem viril aos clientes, clientes esses que são homens adultos e gays, mas mesmo assim não se consideram gays em sua maioria. Claro, existem as exceções. O autor ainda descreve casos de garotos de programa que vêem sua atividade como uma forma de ganhar de dinheiro, sem maiores problemas. Já outros garotos dizem gostar de estar com outros homens. Sendo assim, ao cobrar pelo sexo, eles unem o útil ao agradável (Santos, 2009; Teixeira, 2011).

Uma crítica ao conceito de identidade ocidental contemporânea baseia-se na lógica que ele é racista e sexista, sendo dessa forma, incapaz de pensar a diferença. Em outros termos, os conceitos com que trabalham as ciências humanas são identitários e, portanto, excludentes. O conceito de identidade de homem vem justamente da ideia de homem branco, civilizado, heterossexual e de primeiro mundo. Os que fogem a essa regra são deixados de lado, quando não, punidos (Rago, 1998).

As práticas masculinas (diga-se, heterossexuais) também são as mais valorizadas e respeitadas em relação a qualquer outra. Apesar de atualmente a sociedade ocidental ser extremamente individualista, o mundo privado tem menor valor do que a esfera pública. Dessa forma, ser não é suficiente, é preciso mostrar que é (Rago, 1998).

É possível notar como essa prerrogativa encaixa-se facilmente à ideia de prostituição. Os michês não fazem programa por vocação, mas sim pela necessidade de consumir, mostrar que têm. Alguns rapazes de classe econômica mais alta prostituem-se como uma forma de ganhar mais dinheiro de um jeito mais rápido, para que dessa forma possam comprar roupas mais caras, frequentar lugares badalados. Mostrar que tem dinheiro custa caro, interessante inversão de valores (Santos, 2009; Rago, 1998).

A tendência a agir e pensar com independência é entendida como individualismo. Sendo tal individualismo uma das ideologias básicas dessa sociedade, pode ser essa a motivação para o descompromisso com o outro. Existe uma necessidade de padronização para pertencer a um grupo, mas dentro desse grupo é preciso destacar-se como singular (Sawaia et al., 2008).

Os conflitos de identidade consigo mesmo e com outros grupos sociais também são elementos presentes no cotidiano desses rapazes. A autora traz:

O problema dos conflitos sociais não advém unicamente da luta pelo direito à diferença: étnicas, raciais e de gênero ou dos regionalismos e da globalização, mas do fato desses fenômenos estarem atravessados pela ideia da “identidade etiquetada”-defensiva ou agressiva, e o que é mais importante, usada a serviço da luta pelo poder. (Sawaia et al., 2008)

Diferentemente de Jacques (2012), que traz o conceito de identidade como dualidade, Ciampa (1998) diz que é possível pensar em identidade como metamorfose, ou seja, um perene processo de formação e transformação do sujeito humano, que acontece em determinadas condições históricas e materiais. É o processo que articula a objetividade e a subjetividade, constituindo o sujeito e localizando-o no mundo (Ciampa, 1998).

Para clarificar a ideia de identidade, Ciampa (1998) traz que a metamorfose (identidade) é constitutiva do sujeito, dando-se sempre como relaçõesincrônica e diacrônica, ou seja, dando-se simultaneamente e durante toda a evolução do homem. Também está fundamentada como produção de sentido, possível pelo agir comunicativo (Ciampa, 1998).

A sociabilização do homem se dá primeiramente pela estrutura familiar, depois são produzidos os próprios conceitos de indivíduo, sociedade e cultura. Sendo assim, tornar-se humano constitui-se pela metamorfose possível através da familiarização do homem com outro homem, um semelhante (Ciampa, 1998).

Ciampa (1998) ainda questiona se a identidade individual, tão evidenciada hoje em dia, poderia ser pensada como exclusão da identidade coletiva. O autor traz que não, já que as duas estão intrinsecamente ligadas e são interdependentes. O indivíduo se constitui como pessoa capaz de se afirmar como o “eu” sempre pela articulação de personas que encarna em situações variadas. Assim, o michê tem a possibilidade de agir de várias maneiras, dependendo da situação em que esteja (Ciampa, 1998; Teixeira, 2011).

Contudo, a ideia de metamorfose tão fortemente defendida por Ciampa (1998), pode ser entendida como contínuas mudanças que o sujeito faz de acordo com seus anseios. Afirmar isso não é inteiramente errado, mas pode-se falar em uma “mesmice”, ou permanência no idêntico que sempre foi. Essa metamorfose por reposição pode ser considerada “negativa”, pois impede a emancipação do sujeito.

A mesmice para Ciampa, ou a cristalização para Canguilhem, refere-se a uma forma estática do sujeito lidar com as demandas que o cercam. Demandas essas que são as mais variadas possíveis, exigido do indivíduo formas diferentes de resposta. Quando isso não acontece, ou seja, quando o sujeito repete a forma independentemente do novo que se apresenta, ele sofre, pois ainda não aprendeu a criar algo novo (Ciampa, 1998; Canguilhem, 2011).

A autonomia do sujeito de criar algo novo pode ser abalada por perturbações no nível individual, que podem surgir como crises de orientação, alienação ou psicopatologias, prejudicando o desenvolvimento da identidade pessoal. A capacidade de criar não é apenas uma simples adaptação, mas uma aptidão à resiliência do sujeito de seguir desenvolvendo-se sem perder o sentimento de sua própria continuidade temporal (Ciampa, 1998).

A estrutura social na qual tanto o michê como todos os outros sujeitos estão inseridos, reafirma a interdependência entre indivíduo e coletividade. Quanto mais essa estrutura social cresce e complexifica-se, mais as orientações de vida são pautadas pelas regras do agir instrumental e estratégico, e não pelo agir comunicativo, ou seja, torna obrigatória uma racionalidade instrumental para nortear as ações do sujeito (Teixeira, 2011; Ciampa, 1998).

Tais conceitos trazidos por Habermas (1983) *apud* Ciampa (1998), dizem respeito a uma forma de relacionamento entre organismo e ambiente, que transforma o gasto de energia humana em produção

de materiais; forma de relação entre indivíduos, permitindo a cooperação social; e regras de interação que envolvem uma conexão de expectativas e interesses mútuos, respectivamente (Ciampa, 1998).

Compreende-se que o agir comunicativo, ou agir em coletividade no âmbito da prostituição não é tarefa simples. Primeiro, pois a atividade de prostituir-se em si é solitária. Existem os companheiros de ocupação, mas a partir de determinado momento eles estão sós. Segundo, pois por algum motivo as classes “desviantes” da noite não se misturam (Ciampa, 1998; Perlongher, 1985).

As referências identitárias no momento em que os indivíduos estão definindo e redefinindo sua identidade são de ampla importância. Apesar de todas as críticas devidamente embasadas de que tais referências de homem são fixas e excludentes, elas ainda são norteadoras do caminho que muitos desses rapazes pretendem percorrer. Sair da prostituição, casar, ajudar a família, são alguns desses ideais. Em um primeiro momento, eles vão de encontro a uma moralidade arcaica estabelecida, para depois se encaixarem a ela, da maneira que lhes é possível (Sawaia et al., 2008; Rago, 1998; Teixeira, 2011; Ceccarelli, 2008).

METODOLOGIA

Nesse capítulo descrevem-se as escolhas metodológicas e técnicas que foram utilizadas para a constituição da pesquisa.

A pesquisa é entendida então como processo pelo qual o pesquisador tem a atitude e a prática de uma incessante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois existe uma práxis de constante aproximação da realidade, sendo que esta traz uma carga histórica e reflete posições junto à realidade (Lima; Miotto, 2007).

Essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, descritivo e explanatório.

A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto estudado, e por isso não deve ser um processo aleatório (Lima; Miotto, 2007).

O tema do presente artigo foi escolhido de acordo com as inclinações e aptidões da autora, como também pelo fato do objeto delimitado merecer um enfoque científico. Tal artigo seguiu a sequência de introdução, desenvolvimento e conclusão (Marconi; Lakatos, 2010).

O levantamento da bibliografia se deu pela busca de material relacionado ao tema, como livros e artigos científicos previamente publicados. Depois de encontrado material suficiente para a elaboração desse artigo, ele foi reunido e novamente analisado (Marconi; Lakatos, 2010).

A interpretação crítica do material compilado foi o passo seguinte, averiguando sempre seu valor histórico e científico, considerando a relevância do documento para a preparação do artigo. Houve tempo hábil para a realização da redação (Marconi; Lakatos, 2010).

As referências bibliográficas foram organizadas de forma a cumprir todas as regras da ABNT, assim como todo o corpo do artigo (Marconi; Lakatos, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico buscou-se reunir trabalhos de Psicologia Social voltados à prostituição masculina, ou viril. Quem são esses rapazes, quais os motivos os levam à prostituição e quais as peculiaridades que envolvem tal prática.

Procurou-se integrar e citar os conhecimentos sobre a prostituição desde seus relatos mais antigos, trazendo o fenômeno sempre ligado a uma historicidade e a uma visão crítica, temas que a Psicologia Social trabalha desde seu surgimento.

Apresentando ainda a definição da atividade de um prostituto por Teixeira (2011) como sendo a comercialização do corpo para a realização de práticas sexuais, sempre em troca de remuneração normalmente em dinheiro. Tal definição aponta para questões que foram discutidas no corpo do trabalho.

Em um primeiro momento, teve-se dificuldade em levantar o material bibliográfico dada a carência de bibliografia na área de Psicologia Social que tratasse da especificidade do tema. Desse modo, espera-se que esse trabalho bibliográfico venha a acrescentar para aqueles que demonstrem interesse pelos temas de prostituição viril, cultura da noite e identidade.

Cita-se ainda que durante todo o processo de construção do artigo foi possível à autora ampliar sua visão a respeito do tema, através da Psicologia Social e do olhar que ela lança sob o fenômeno da prostituição, aprofundando conhecimentos e experiências vividas ao longo da graduação em Psicologia.

Sendo ainda possível reconhecer a relevância do aprofundamento na temática da prostituição viril, sobretudo no campo da Cultura e da Identidade, demonstrando como é necessário um olhar a esses sujeitos, que por muitas vezes são negligenciados.

Sabendo que a pesquisa é um processo nunca acabado, encerra-se por hora esse trabalho com a inquietação que leva a uma permanente busca, a fim de trazer maiores subsídios para estudos na área.

REFERÊNCIAS

- Aquino, P. S.; Ximenes, L. B.; Pinheiro, A. K. B. Políticas públicas de saúde voltadas à atenção à prostituta: breve resgate histórico. *Revista Portal Cofen*, v. 1, 2010. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/4/5>>. Acesso em: 29 de março de 2022.
- Augras, M. Poder do desejo, ou desejo de poder?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 37, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19196/17936>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

- Canguilhem, G. O normal e o patológico. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- Ceccarelli, P. R. Prostituição- corpo como mercadoria. *Mente & Cérebro*, v. 4, 2008. Disponível em: <<http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/prostituicao.pdf>> Acesso em: 01 de março de 2022.
- Ciampa, A. C. Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. *Encontro Internacional Família e Psicanálise- novas tendências clínicas*, v. 3, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.siid.ucdb.br/docentes/downloads.php?Dir=arquivos&File=140131.pdf>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.
- Duby, G. Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Figueiredo, L. C. M.; Santi, P. L. R. *Psicologia, uma (nova) introdução*. 3 ed. São Paulo: EDUC, 2008.
- Jacques, M. G. C. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Lima, T. C. S.; Míoto, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>> Acesso em: 01 de maio de 2022.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Perlongher, N. O. O contrato da prostituição viril. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 37, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19194/17935>> Acesso em: 10 de março de 2022.
- Peters E. T.; Cerqueira F. V. Mulheres em Atenas, no século IV: o testemunho do Contra Neera, de Demóstenes. *Revista Nearco*, v. 12, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.revistanearco.uerj.br/arquivos/numero12/68-84.pdf>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.
- Rago, M. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/23306469/966591220/name/epistemologia_feminista.pdf> Acesso em: 23 de março de 2022.
- Santos, M. L. O michê no palco sem holofotes. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3431&Itemid=171> Acesso em: 02 de março de 2022.
- Sawaia, B. et al. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Soliva, T. B. Entre “bichas” e “bofes”: sociabilidade e construção de identidades coletivas entre as “turmas de homossexuais” do Rio de Janeiro. *Fatos & Versões*, v. 4, Uberlândia, 2012. Disponível em:

<<http://revista.catolicaonline.com.br:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/522/456>> Acesso em: 10 de maio de 2022.


Teixeira, A. E. Representação sobre a atividade de garotos de programa em Belo Horizonte (MG): emprego, trabalho ou profissão? XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011. Disponível em:


<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308350926_ARQUIVO_ArtigoParaConlab2011.pdf> Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

A construção psicossocial da supremacia do pai: a constituição do poder masculino nas ideias religiosas

Recebido em: 27/07/2022

Aceito em: 01/08/2022

 10.46420/9786581460570cap2

João Antonio da Silva^{1*} 

Bryan Silva Andrade² 

INTRODUÇÃO

Fazer menção ao lugar do masculino implica versar historicamente o processo de conscientização de si e do mundo, isso só é possível a partir da capacidade de simbolização que o ser humano possui, capacidade essa que ocupa importância por traduzir ou revelar a realidade de um determinado contexto ou época.

O patriarcado surge após um longo tempo de ignorância em relação a implicação do masculino no processo de fecundação do feminino, de modo que o feminino era a única representação da fertilidade, o que deu origem a era matriarcal, administrada pela Grande Deusa. Mas quando o homem passou a compreender sua importância, os valores e a vida dos grupos humanos, foi reorganizada (Lins, 2007).

O reconhecimento da paternidade exige uma reestruturação da sociedade, A maternidade mítico-religiosa da Grande Deusa chega ao fim. O Deus Pai todo poderoso assume o poder da então Deusa e se instaura o patriarcado. Com isso surge a nova ordem social, onde o poder do homem na sua função de pai se torna o eixo de todo processo de socialização, justificado inclusive pelas narrativas mítico-religiosas (Vieira, 2011).

Todo esse contexto ocorre permeado por fenômenos psicológicos, pois, a sociedade e o homem, a objetividade e a subjetividade participam de um único fenômeno no qual ambos se expandem mutuamente e existem paralelamente (Bock, 2011). Diante disso, esta pesquisa objetiva compreender a construção psicossocial da imagem de Deus como entidade masculina, no patriarcado judaico-cristão, visto sua grande influência cultural sobre a forma de existir dos ocidentais.

Consequentemente se faz mister explorar historicamente, no primeiro tópico, a constituição do matriarcado, bem como, os componentes simbólicos que o integram. No segundo tópico, discute-se a compreensão da paternidade e o próprio processo de transição do matriarcado ao patriarcado, bem como,

¹ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Teólogo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Filosóficos e Teológicos (IBEFT); Especialista em Saúde Mental pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Sacerdote da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB).

² Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em TTC pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Psicólogo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

* Autor correspondente: joannesfrei@hotmail.com

os elementos de relevância para a instauração do patriarcado até os dias atuais. Para, no terceiro e último tópico, analisar a constituição psicossocial da subjetividade no patriarcado judaico-cristão; quando se compreende imagem masculina da divindade, como um processo cíclico da constante implicação do ser humano na realidade e dessa no mesmo homem. De modo que a exteriorização, a objetivação e a interiorização se tornam a atitude que possibilita tal acontecimento (Berger, 2004).

A busca pelo sentido do fenômeno religioso na história do homem e do mundo despertou o interesse pela pesquisa, pesquisa esta que tem sua relevância para a compreensão da realidade social, tendo em vista, que o sentimento religioso, conforme Jung (1988), permeia a profundidade do ser humano e jamais poderá ser ignorado pela psicologia, pois, a experiência religiosa exprime com propriedade a alma humana. Faz-se necessário discutir o comportamento religioso, pois, as construções do mundo, na sua quase totalidade, são construções religiosas (Berger, 2004).

Para realização deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos científicos e anais de congressos; trata-se de uma pesquisa qualitativa, visando enriquecer a discussão e aprofundamento do tema que implica um olhar multifacetado do ser humano, sobre a religião, evocando conceitos da história geral, da mitologia, da sociologia, da psicologia, do feminismo entre outros. Nota-se fundamental para essa reflexão, o método sócio histórico visto sua quase indispensabilidade quando se trata de compreender cientificamente literaturas antigas; procurando elucidar historicamente o processo de construção da realidade subjetiva, amplamente dependente da realidade objetiva.

O MATRIARCADO

O matriarcado consiste em uma forma de organização social que tem como referência a autoridade materna ou feminina (Ferreira, 2004). O termo “matriarcado deriva, respectivamente do latim e do grego, sendo que *mater* faz referência à mãe e *archein* (arca) significa reinar, governar.” (Vendramine, 2013). A partir do pressuposto a condição de autoridade é exercida pelo feminino, tendo como fundamento o fato de ser mãe.

No início do século XX foram encontrados resquícios artísticos de pequenas esculturas femininas da pré-história que acusam um culto a fertilidade (Trindade, 2007). As esculturas femininas fazem compreender os resquícios de uma religiosidade em plena idade da pedra. Essa era presenteia a arqueologia com estatuetas sem rosto definido, moldando apenas uma mulher com nádegas e seios enormes, quadris largos, barriga saliente e uma grande vagina (Lins, 2007). A Vênus esteatopígica mais famosa foi encontrada em 1908 pelo arqueólogo Josef Szombathy, uma estátua medindo 11,1 cm, em um sítio arqueológico da cidade de Willendorf na Austria, deu-se a estátua o nome de Vênus Willendorf (Trindade 2007).

A quantidade de simbolização do feminino, seja, em estátuas ou pinturas apontam para o sentido sagrado que a Grande Deusa ocupara na existência dessas comunidades humanas; onde o grande útero

era a natureza (Lins, 2007). Brandão (1986) afirma que as deusas de Creta (Hera, Ilítia, Persefone, Britomar) mesmo invocadas pelos gregos com funções diferentes das que o povo cretense atribuía, se unificam no atributo da fertilidade, logo que todas fazem menção à Grande Mãe e suas representações são esteatopígicas.

Com isso se pressupõe que existiu uma religião matriarcal na antiguidade, na qual os rituais criados para adoração da Deusa Mãe (a terra), da natureza e da fertilidade feminina ocupavam o eixo central da crença na grande Deusa (Vendramine, 2013).

Brandão (1986), classicamente afirma que em Creta tendo-se primazia plena as divindades femininas sob a forma esteatopígica, acusa-se nesse contexto religioso a eminência da Grande Mãe. “[...] com seios proeminentes, flancos largos, traseiro exuberante e umbigo enorme são a própria imagem da fecundidade” (Brandão, 1986). Assim as divindades femininas se referem sempre à Grande Mãe e terminam por enaltecer o caráter fundamental de sua sacralidade, a fertilidade (Brandão, 1986).

Conforme Almeida (2010) o ser humano conseguiu relacionar a natureza e sua abundante capacidade de dar vida com a maternidade feminina; assim sacralizou-se a vida e entendeu-se que a mulher carrega consigo poderes mágicos originados da Grande Deusa (simbolizada pela terra doadora de vida).

A fertilidade da mulher estava intrinsecamente associada a fertilidade do solo e conseqüentemente ao poder da lua, uma vez que a Grande Deusa, a natureza e a mulher participavam do mesmo mistério; tendo por base a associação feita entre as fases do satélite lunar e o ciclo menstrual; era atribuído à lua o poder sagrado de fertilizar, tanto a mulher quanto as plantas são férteis, logo possuem relação mais estreita com a divindade fertilizadora (Almeida, 2010).

A atividade exercida pelos homens era a caça e a colheita de frutos e raízes para a alimentação dos clãs; as mulheres ao iniciaram o trabalho com a agricultura, garantiam tanto a fertilização do solo quanto a manutenção da espécie humana, logo que a vida fetal era iniciada nos rios, pedras ou cavernas, e só depois misticamente adentravam o útero da mãe humana, era uma migração: do útero da Grande Mãe divina para a “semidivina” (Lins, 2007).

Se acreditava ter a lua o poder divino de fertilizar, por isso o homem quase não tinha importância para a reprodução. O ato sexual era deliberadamente livre e não se tinha referência para a paternidade, só a Grande Deusa era dona da criação; “O filho de um era filho de todos” (Almeida, 2010). A proposição da autora deixa subtender que na época matriarcal a maternidade humana aparece com pouca relevância, e sugere, implicitamente, uma desordem no que se confere a constituição organizacional hierárquica familiar de um simples clã; afirma ainda uma sociedade onde o matriarcado se funda na própria possibilidade mítico-religiosa da Grande Deusa.

Sem descartar o importante papel da mulher não apenas para a procriação, mas também para a própria manutenção da espécie, tendo em vista que a capacidade produtiva da terra estava intrinsecamente ligada a fertilidade da mulher (Almeida, 2010)

A Grande Deusa, não tão raro assumia formas animais, visto que necessitava originar pelo acasalamento cada espécie; a deusa mãe dava origem a todos os seres (Lins, 2007). Brandão (1986) complementa ao dizer que os animais sagrados (touro, serpente, leão...) para alguns teóricos podem sinalizar zoolatria, mas que sua interpretação coerente estaria em compreendê-los como simbolização especialmente da Grande Mãe, para os povos minoicos.

Ribeiro (2012) mencionando a antiga Grécia, Roma entre outras, encontrou traços da divindade feminina nas literaturas mitológicas “depois a deusa se desdobrou em imagens diversas conforme as necessidades humanas”. Passou a existir a deusa do amor, da polis, da guerra, seus nomes eram os mais diversos de acordo com a cultura local, sendo sempre originadas da grande Deusa Mãe (Ribeiro, 2012). A figura proeminente da época foi a feminina, mas também existiam deuses masculinos, que exerciam a condição de filhos ou amantes da Deusa; de acordo com Brandão (1986):

A existência de deuses do sexo masculino na civilização minoica está mais que comprovada [...] embora se tenha de admitir que “esses deuses” eram tão somente divindades associados à Grande Mãe, como o deus-galo, Velcano, sem lhe terem jamais ameaçado o poder e a soberania. (Brandão, 1986).

Lins (2007) confirma que a Deusa adorada sob uma multiplicidade de nomes, e assumindo formas variadas reinou de modo absoluto, pois o seu longo reinado deixou simbolizado o feminino. Alguns símbolos pequenos se assemelham a talismãs portáteis representando a Grande Deusa (Trindade, 2007).

Para os povos celtas a Deusa carregava a pureza casta e lascívia como caracteres opostos em uma condição essencialmente sagrada. Soa antagônico, porém, o sexo, primitivamente nestas comunidades, tinha um aspecto simbólico religioso, sinalizava a eternidade de um casal por meio dos filhos, logo que os seres humanos são mortais (Lemes, 2020).

Cultua-se o casamento sagrado e dentro do seu ritual a Grande Deusa, simbolizada na Deusa Tríplice cultuada entre o povo celta, toma para si condição de virgem e ao tempo mesmo de prostituta. São condições que ao se falar da Deusa não traduzem contrariedade, pois, a mesma é dinâmica, se expande ritualmente, mas também se recompõe. O caráter de sua virgindade é apenas moral acusando a independência da Deusa na relação com o masculino (Lemes, 2020). A Deusa era virgem, o que significava que ela era completa e suficiente para si, estar casada não macularia a virgindade da Deusa, uma vez que o marido não exercia poder sobre ela; desse modo sua divindade era preservada para o culto dos povos (Ribeiro, 2012).

A religião da Deusa tem um foco no processo harmonioso das relações entre o masculino e o feminino e mais, via-se como algo puramente processual e harmônico o nascimento, a morte e o renascimento, tendo em vista esse caráter cíclico da crença celta, que tem como autoridade suprema a Grande Deusa (Lemes, 2020).

Em tempos remotos entre os povos celtas, paralelo à Grande Deusa, era comum se cultuar o deus Cornudo (divindade da caça) de forma que no inverno período da caça os rituais são direcionados

ao deus Cornudo; no verão todos se voltam para a Deusa e cuidam das plantações (Bulsing, 2010). Assim não se ameaçava a harmonia entre divindades e principalmente entre os gêneros.

A religiosidade do Paleolítico até a Idade dos Metais se desvela plenamente antagônica a atual Era Cristã; pois, a divindade primitiva era uma mulher como que em trabalho de parto, compartilhando a vida e não um homem morrendo crucificado (Lins, 2007).

A COMPREENSÃO DA PATERNIDADE E O PATRIARCADO

Com o crescimento das comunidades humanas cresceu também as necessidades alimentícias, o sedentarismo se instala. Aos poucos os homens intensificam o contato com a Grande Mãe e trabalham na agricultura, atividade antes exclusivamente feminina; também iniciam a domesticação de animais e, em consequência dessa, adquirem a consciência de que a reprodução das espécies está diretamente ligada a introdução do sêmen masculino. Essa descoberta causa abalos na estrutura social e mítico-religiosa vigente, altera-se o que se sabe sobre a origem e a manutenção da vida (Lins, 2007).

Compreendia-se nas comunidades celtas e gregas, entre outras, do paleolítico ao neolítico que toda a existência vital dos seres humanos, animais ou plantas e até mesmo divindades tinha origem misteriosa no poder da Grande Deusa (Lins, 2007; Vieira, 2011; Brandão, 1986).

A divindade soberana do Neolítico II, na Grécia, é a Terra-Mãe, a Grande Mãe, cujas estatuetas, muito semelhantes às cretenses, representam deusas de formas volumosas e esteatopígicas. A função dessas divindades, hipóstases da Terra-Mãe, é fertilizar o solo e tornar fecundos os rebanhos e os homens (Brandão, 1986).

Todo esse cenário sócio organizacional e mítico-religioso, a partir do conhecimento da paternidade, é modificado. A Grande Deusa é ladeada por um Deus viril e poderoso, com o qual compartilha sua autoridade sobre a fertilidade, quando surge o casamento sagrado (Lins, 2007). As altas sacerdotisas da Grande Mãe dominam os templos gregos, porém de modo lento e tímido surge o sacerdócio masculino, de início os sacerdotes tinham a função de acólitos ou assistentes das sacerdotisas (Brandão, 1986).

Na mitologia grega Zeus e Hera ganham a condição de deuses da fertilidade, um masculino e um feminino muito cultuados no majestoso templo de Hierápolis (Barros, 2013). Eram oferecidos muitos sacrifícios ao casal sagrado, mas em tempos distintos para cada um, o primeiro culto dirigido à Zeus, era realizado com abundância de silêncio nos ritos, tendo em vista Zeus ser uma divindade exigente, configurando-se como dever social; já durante o culto à Hera tocava-se flautas e trombetas, era dotado de espontaneidade e orgias (Barros, 2013).

Para os gregos a Deusa era sinônimo de sensualidade. Nos templos de Afrodite buscando um contato com o divino, muitos homens iam ao encontro da Deusa para experienciar com a mesma o êxtase sexual, ofereciam com as prostitutas sagradas o coito em louvor da divindade (Ribeiro, 2012). As sacerdotisas-prostitutas que incorporavam Afrodite tinham reconhecida sua dignidade, compunham o

quadro de autoridades sagradas dos templos em que serviam, gerando uma “congruência da sexualidade com a espiritualidade” (Barros, 2013).

Nas proposições de Vieira (2011) após uma convivência harmoniosa entre o Deus e a Deusa da fertilidade o patriarcado assume destemidamente o poder quando povos europeus nômades, administrados por homens criadores de animais invadiram os domínios da Deusa em busca de alimentos e exterminaram todas as diferentes formas culturais que encontravam, introduzindo a sua cultura patriarcal.

No fim da era do Bronze Médio, vários santuários construídos em acrópoles (partes mais elevadas das cidades gregas) como em Egina dão sinais de uma religião patriarcal eminente, período em que desapareceu a grande maioria das estatuetas da Grande Mãe e seus cultos nos centros urbanos. (Brandão, 1986). Assim, o término da Era de Bronze inaugura a transição do longo período matriarcal, quando o Deus todo-poderoso passa a usurpar o poder da Deusa gerando o ainda presente tempo patriarcal.

Desse modo se compreende que a Grande Mãe foi literalmente suprimida, a mulher é desmistificada e transformada em objeto de disputa de tribos e/ou de negociações comerciais ou diplomáticas (Lemes, 2020) o que caracteriza uma espécie de mutilação ou mesmo assassinato do mito da Grande Deusa Mãe, podendo simbolicamente se compreender como matricídio, tendo em vista que a Deusa era considerada a Mãe de todos os seres.

O patriarcado constitui um regime social em que o pai e/ou o masculino é a figura proeminente de autoridade máxima (Ferreira, 2004). A Deusa Mãe não é mais a razão da vida e da existência de todos os seres, mas sim o Deus Pai todo-poderoso (Almeida, 2010), em virtude disso a cultura de uma liberdade sexual da mulher é estritamente proibida, pois, como se poderia identificar e reconhecer a paternidade masculina, exigida pelo sistema patriarcal? Do contrário quem seria o pai de quem? (Vieira, 2011).

Os mitos gregos são formulados para enaltecer o falo como grande poder gerador de vida, deuses possuidores de pênis eretos como Priapo são cultuados; e imagens dos órgãos sexuais, de ambos os gêneros, eram produzidas e carregadas em rituais festivos. Em Roma, por exemplo, um dos ritos para fertilidade consistia em andar circularmente em torno dos campos com representações penianas (Lins, 2007).

A criação do cosmos na sua totalidade é para os povos das sociedades patriarcais o resultado do onipotente Deus Pai; na mitologia grega “Zeus é, portanto, o deus do alto, o soberano, “o criador”.” (Brandão, 1986). Para garantir legítimo herdeiro, os homens apoiados pela masculina entidade sagrada sacralizam normas morais e penalizam a infidelidade conjugal (feminina) muitas vezes até com a morte (Lins, 2007).

O sistema patriarcal estabelece a submissão do feminino, nesse período um Deus único se configura, e se fortalece a religião do Pai (o judaísmo) (Lemes, 2020).

ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA SUBJETIVIDADE NO PATRIARCADO JUDAICO-CRISTÃO

O ser humano surge como sujeito da história em meio aos grupos sociais a partir de sua implicação na reformulação da natureza. Essa atitude firma sua existência. E nesse processo de construção do mundo e, conseqüentemente, de si próprio ele faz surgir objetos ou estruturas materiais e ideias (Gonçalves et al., 2011). Por meio de objetos se possibilita uma reflexão do momento histórico, ao ponto que “A origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade.” (Gonçalves et al., 2011).

A sociedade e o ser humano resultam de um mesmo movimento dialético e esse acontece por meio de uma tríplice atitude sendo respectivamente na exteriorização, na objetivação e na interiorização que o processo de existência do ser humano e da sociedade se funda, um movimento essencialmente cíclico e expansivo (Berger, 2004).

É chamada de exteriorização a constante implicação direta na organização do mundo por meio do trabalho humano, e é em virtude dessa que se afirma ser a sociedade uma construção humana. A objetivação, por sua vez, possibilita aquisição dos resultantes da ação, que formam uma realidade aparte e distinta. O último movimento do ciclo, a interiorização, tem a finalidade de tornar a realidade exterior uma propriedade do campo subjetivo do humano compondo então sua consciência, é por conta desse processo que se diz o homem ser um produto da sociedade (Berger, 2004).

As experiências humanas acumuladas a partir de suas relações com o mundo, a natureza e os outros humanos são o arcabouço de sua subjetividade. Experiência essa a partir da qual se visualiza não só as transformações objetivas da realidade social, mas também uma formação subjetiva por meio de uma nova consciência, uma nova identidade e uma nova forma de se relacionar e de significar o mundo (Furtado et al., 2011).

Para discutir o processo psicossocial incluso na concepção do patriarcado judaico-cristão faz-se mister compreender o significado do pensamento religioso para a estruturação da sociedade uma vez que a religião é no universo social uma legitimadora de suas constituições por estar “situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico” (Berger, 2004).

A narrativa mítico-religiosa da criação do mundo no livro do Gênesis, um livro fundamental no estudo da compreensão do pensamento patriarcal, categoricamente valida a compreensão judaico-cristã da autoridade masculina ao de início conceder ao homem nominar toda a criação inclusive a mulher (Bíblia – Gênesis 2, 7-24). A figura do Deus criador justifica assim a ordem social e institui a família patriarcal ao dizer a mulher “Teu desejo te impelirá para teu homem, e este te dominará” (Bíblia – Gênesis 3, 16).

O texto bíblico citado imprime uma compreensão patriarcal muito mais antiga que o judaísmo, pois, o relato da criação judaico se apodera de outras construções culturais mais antigas, como os povos da Babilônia, da Suméria, de Tebas entre outros. “Os relatos sobre os patriarcas, embora redigidos muito

tempo depois dos acontecimentos aos quais se referem, atestam um enraizamento real no ambiente em que viveram [...]” (Bíblia – Teb, p. 10). Acredita-se que o patriarcado já se havia instaurado, uma vez que as narrativas tidas como sagradas o afirmavam. Se confirma que a realidade social objetiva, a família patriarcal, foi interiorizada e nesse processo “a facticidade objetiva do mundo social se torna igualmente uma facticidade subjetiva” (Berger, 2004).

Pelos profetas a figura de um Deus masculino criador surge em um ancião poderoso e é disseminada a partir de visões como em Daniel reforçada em Apocalipse, ambos falam de um ancião investido de ouro na cintura, sentado em um trono, o mesmo tinha cabelos brancos como neve, seus olhos semelhantes a chamas de fogo e pés como que bronze precioso, tinha uma aparência de “filho de homem” e seu rosto brilha como o sol (Bíblia – Daniel 7, 9-14; Apocalipse 1, 13-17).

A última citação evidencia um caráter antropomórfico do patriarcado, onde o Deus absoluto, pleno em si mesmo é semelhante a um homem em condição superior, adornado por símbolos de poder ou realeza, e de sabedoria ou experiência, também um homem com características incomuns aptas a causarem temor; partindo do pressuposto que a exteriorização é uma condição antropológica fundamental, acredita-se que o homem se implica, significativamente, nesse sagrado que constrói, visto que “o ser humano é exteriorizante por essência” (Berger, 2004).

Essa figura do Deus Pai normatiza com o decálogo as relações entre o humano e o divino, bem como, dirige as relações dos seres humanos entre si estabelecendo inclusive o matrimônio ao falar de fidelidade e respeito à mulher de outrem ou não adultério (Bíblia - Êxodo 20,1-17).

A mesma entidade suprema e única - em contra posição à antiga sacralidade da fertilidade - declara impura a mulher que dá a luz a uma criança, independente de qual seja seu gênero, e estabelece rituais de purificação para a mesma, não podendo tal mulher entrar por um tempo pré-determinado no santuário; mas se a criança nascida for uma menina o tempo de purificação é dobrado, pois constitui uma impureza ainda maior (Bíblia - Levítico 12, 1-8). Configurando na história da humanidade a discriminação do feminino e uma compreensão de que “A mulher é assim, votada ao Mal.” (Beauvoir, 1970).

O patriarcado concede apenas aos homens o sacerdócio, já as mulheres não podem nem comer dos alimentos santíssimos conforme o Deus Pai disse a Aarão:

[...] tu e teus filhos assumireis as funções sacerdotais em tudo que se refere ao altar e em todo o que está atrás do véu. [...] todas as oferendas que me restituírem os filhos de Israel, a título de oblação, de sacrifício pelo pecado e de sacrifício de reparação; são coisas santíssimas, que te pertencerão, bem como a teus filhos. Vós vos nutrireis das coisas santíssimas. Toda pessoa do sexo masculino poderá comer delas (Bíblia de Jerusalém - Números 18, 1-21).

O texto corrobora com o processo de desvalorização do feminino e também com a constante significação do masculino, como o ser que não apenas dialoga com o sagrado, mas também o realiza.

Nessa construção poderosa do patriarcado a mulher não se acha no direito de administrar as coisas sagradas. Segundo Beauvoir (1970) as coisas, propriedades ou objetos, no início da sociedade privada, era inviável uma mulher possuir, administrar ou transmitir bem algum, em caso de viuvez deve

essa casar-se de imediato para que um homem administre seus bens, melhor dizendo, os bens do falecido. Essa consciência socialmente construída foi interiorizada tão firmemente que uma vez viúva “[...] a Duquesa de Borgonha vem em pessoa reclamar do rei um novo esposo” (Beauvoir, 1970).

A condição da mulher é muito inferior em relação a posição masculina, e com o surgimento da propriedade privada se torna ainda mais rebaixada, passando essa a representar mais um bem do esposo, quando surge um conceito de família nuclear (pais e filhos); as funções de cada membro da família passam a existir em função dos bens, e a existência da mulher se torna alienada ao patrimônio (Beauvoir, 1970). A palavra patrimônio traduz na sua morfologia os bens do pai (Ferreira, 2004). Acusa essa situação a iconografia da época ratifica por Aries (1981) que apresenta a gravura, do século XVI, de Humberlot-Huart, onde a família está reunida em torno do pai, em seu gabinete, a cena contempla de um lado fardos de mercadoria empilhados e de outro pastas de processos. O pai como que fazendo contas ladeado pelo filho que se posiciona um pouco mais atrás; em outro ângulo a mãe cuida da filha pequena.

O papel do homem de mantenedor, administrador e protetor da família prepondera, em detrimento do papel da mulher que corresponde a realizar os trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos, a função de engendrar um herdeiro masculino se torna ainda mais fundamental, pois, o proprietário considera seu legado mais significativo que a própria vida, logo surge o direito de sucessão hereditária (Beauvoir 1970). Algo que às mulheres foi negado visto a lógica dominante de que “Se elas fossem herdeiras transmitiria as riquezas da família paterna a do marido” (Beauvoir, 1970).

Em relação ao culto religioso, o apóstolo Paulo nega às mulheres qualquer manifestação de relação com o sagrado ao dizer:

Como é de praxe em todas as Igrejas dos santos, as mulheres caem-se nas assembleias; elas não tem permissão para falar; devem permanecer submissas como diz a lei. Se elas desejam instruir-se sobre algum detalhe, interroguem o marido em casa (Bíblia – Coríntios 14, 32-35).

A ambição do homem em querer que os resultados ou lucros das atividades laborais, realizadas em sua propriedade, sejam plenamente seus faz surgir a escravatura não só dos trabalhadores, mas também da mulher e dos filhos (Beauvoir, 1970). No século XVI quando a mulher embora casada é considerada incapaz, devendo se subjugar a lei do marido que tem seus poderes ampliados instaura-se a chamada “monarquia doméstica” (Aries, 1981).

Essa compreensão de tal modo se instaurou nas sociedades judaico-cristãs que:

Pelo casamento uma mulher não é mais emprestada por um clã a outro; ela é radicalmente tirada do grupo em que nasceu e anexada ao do esposo; ele compra-a como compra uma rês ou um escravo e impõe-lhe as divindades domésticas; e os filhos que ela engendrar pertencem à família do esposo (Beauvoir, 1970).

Tal momento histórico faz com que a compreensão de família dialogue ou se relaciona com o poder de Deus e do rei, sendo a família um suporte para a sociedade monárquica (Aries, 1981).

Ao relacionar a finitude e o desejo de eternização a sociedade patriarcal institui o herdeiro, um filho homem no qual o legado do pai terá continuidade, esse herdeiro carrega uma função não apenas

econômica, mas também tem uma simbolização religiosa, pois, o mesmo deverá prestar homenagens-póstumas de respeito aos talentos, a bravura e conseqüentemente às ações de seu pai, e os rituais precisos para que o seu repouso de espírito seja realizado (Beauvoir, 1970).

A família manifesta o desejo de sacralização desde os antigos ícones (quadros ou vitrais) que eram colocados pelos doadores nas igrejas, os quais tinham representações de todos os membros reunidos muitas vezes até os falecidos ali estavam, bem como, no desenvolver dessa iconografia quando são colocados nos quadros da família os santos de devoção do pai e/ou da mãe; os quais conseqüentemente são compreendidos como protetores cultuados pela família (Aries, 1981).

Essa lenta associação da família ao sagrado evoca na época da “monarquia doméstica” uma nova representação da iconografia cristã ao que se refere a família de Jesus; no século XVI São José é colocado em um patamar superior, de onde sua autoridade masculina se torna evidente trata de justificar a posição de poder do homem (Aries, 1981).



Figura 1. Fonte: <http://libermundoturismo.blogspot.com.br/2012/05/peregrinacaobelem-campo-pastoreio-e.html>

Analisando o quadro acima criado para ser o modelo da sagrada família, vemos uma família cujo funções aparecem bem definidas, a mulher realizando o seu papel de servidora e mãe em posição de cuidado com o filho, e o homem no seu posto de guardião ou superior a contemplar a realização das atividades, tidas como femininas, sem se envolver e apreciando o herdeiro do seu legado. Maria é a mãe zelosa, a dona de casa que toda mulher deve ser e José é o pai, a autoridade não curvada que todo homem deve exercer na administração da família. Se considerado o caráter sagrado, que Jesus simboliza, o quadro ainda diz que, nem mesmo diante do divino se deve curvar a autoridade do pai.

De acordo com São Paulo aos I Coríntios, na família a autoridade do homem simboliza a própria autoridade de Deus, o mesmo é bem categórico quando escreve: “Quero, no entanto, que saibais o seguinte: a cabeça de todo homem é Cristo; a cabeça da mulher é o homem; a cabeça de Cristo é Deus” (Bíblia – I Coríntios 11, 3). Nessa concepção o masculino assume um poder outorgado não apenas pelas

leis profanas, mas também a lei divina está investida nesse homem, homem esse que se sobrepõe a mulher na plenitude de significação do termo.

Com a simbolização do paradigma da Sagrada Família a visão patriarcal judaico-cristã corrobora com o processo de marginalização do feminino, conforme São Paulo, o pecado que a mulher carrega por ter se deixado seduzir (Eva no Gênesis) só pode ser absolvido pelo serviço da casa e da maternidade (Bíblia – I Timóteo 2, 2-14).

O patriarcado já é reafirmado desde o primeiro livro do novo testamento com a genealogia de Jesus, uma genealogia totalmente masculina, que se inicia em Abraão e termina em José o esposo de Maria, mulher que aparece visto o fato de não se reconhecer em José a paternidade de Jesus, pois, ele aparece como filho de Deus (Bíblia - Lucas 1,26-38) e também se intitula “o Filho do Homem” (Bíblia – Mateus 8,20; João 9,35-38). A segunda afirmativa de Jesus dá margem para uma compreensão de virilidade do sagrado, uma confirmação da hegemonia do Deus Pai, como entidade masculina que confere poder aos homens e não às mulheres.

De entre a religião do Pai, surgiu a religião do Filho (o cristianismo) a qual herdou o patriarcado e o reafirma, trazendo de início uma forma mais amena inclusive gerando a possibilidade de uma igualdade de direitos a ambos os gêneros por meio de um enaltecimento de caracteres espirituais dos seres humanos: “Felizes os pobres de coração: deles é o Reino dos céus. [...] Felizes os corações puros: eles verão a Deus” (Bíblia - Mateus 5,3-8). Permitindo inclusive que o feminino novamente ganhasse imagem sagrada nas chamadas ‘santas mulheres’ as que acompanharam Jesus durante sua vida pública e crucificação sendo elas “[...] sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria de Cleopas, e Maria de Mágdala” (Bíblia - João, 19,25).

O patriarcado judaico-cristão nos primórdios do cristianismo deu possibilidade para que em Maria a mulher atingisse maior valoração, a partir do culto a figura feminina adornada de todas as honras e realzas; porém em resposta a uma posição de valor feminina o significado de Maria é reduzido à mãe sofredora, sujeitada em tudo ao serviço do filho (Lins, 2007).

A insistência em punir as mulheres pelo pecado propicia aos patriarcas da Igreja diferenciarem Maria das outras mulheres:

[...] chamada e escolhida, desde o princípio e antes dos tempos, uma Mãe, para que seu Filho Unigênito, feito sua carne, nascesse na feliz plenitude dos tempos, em tanto querer a amou acima de todas as criaturas, que somente nela se encontrou sua grande benevolência. Pelo que tão maravilhosamente a encheu da abundância de todos os carismas celestes, por méritos do tesouro divino, muito acima de todos os anjos e santos, que ela, absolutamente sempre livre de toda mancha de pecado, sendo toda formosa e perfeita, manifestasse tal plenitude de inocência e santidade, que não se concebe de modo algum, depois de Deus, alguém tão grande e nada pode imaginá-la distante de Deus (Pio IX, 1954).

Maria é, pois, nessa proposição, a única mulher sagrada, que não experimentou o pecado, nem teve sua virgindade afetada, que sofreu apenas a magnitude de ser mãe do ente divino, por essa razão,

por ter cumprido o seu papel de mulher-mãe ela é merecedora da realeza e eternidade que o masculino participa. É o que diz o ícone abaixo:



Figura 2. Fonte: <http://br.monografias.com/trabalhos/paradoxo-mariano/paradoxo-mariano3.shtml>

Fazendo outra análise a tela acusa o reconhecimento de Maria, mas também retrata o inferior lugar do feminino, considerando como Pio IX afirma, Maria, a mulher plena de divindade, aqui está a Sagrada Família do céu, e identificamos no ícone que mesmo o feminino obedecendo em tudo e se dispondo ao máximo, nem assim, pode compartilhar de lugar semelhante ao masculino. É o segundo lugar que é coroado em Maria.

Em outras palavras, a cena corrobora com a sociedade patriarcal onde a mulher tem na família o lugar que o pai e o filho, seu direto herdeiro, o quiserem dar. Confirma Beauvoir (1970) quando diz que “O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem.” Essa posição aparece justificado e proclamado inclusive pela iconografia sagrada. Assim o espaço da maternidade não assume destaque “[...] a mãe é relegada a função de ama, serva, e a soberania do pai é exaltada: êle é que detém os direitos e os transmite.” (Beauvoir, 1970). O que caracteriza o poder do homem, dentro do nosso estudo, uma realidade social objetiva, aquela que se impõe como realidade, propiciando que os indivíduos a reconheçam (Berger, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer em tese qualquer construção psicossocial implica versar o significado ou conceito de tal empreendimento, e o processo de formulação do mesmo, não descartando jamais o psiquismo ou o conjunto de fenômenos subjetivos inerentes nessa elaboração. Questionar quem é esse ser humano, dessa época e como se constitui sua subjetividade é fundamental para o processo, pois, são indagações tão pertinentes quanto quais são os fenômenos sociais inclusos nesse tempo histórico.

Discutir o matriarcado permitiu identificar um tempo histórico em que a maternidade da Grande Deusa ocupou um caráter sagrado tão eminente que, diante de todo o potencial de fecundidade da mãe de todos os seres (divinos e profanos) e conseqüentemente detentora da realidade - a mulher mãe teve que simbolizar um papel secundário. Pois, é da Grande Deusa que se acreditava surgir também a humanidade, foi dado à mulher o lugar de acolitato, em relação à Deusa, nesse imenso e sacro-natural ritual da vida que a Deusa realizava.

O matriarcado se configurou como o poder do feminino sobre a explicação e a origem da vida de modo mítico-religioso, a partir do qual as mulheres exerceram posturas sociais de relevância como as altas sacerdotisas da Deusa Afrodite, que possibilitam um período onde a pureza e a perversão aparecem aliadas ao ato sexual que nos templos gregos ganhou condição de ritual sagrado de culto à Grande Deusa (Barros, 2013).

A transição para o patriarcado, na Grécia, configurou uma harmonia entre o casal sagrado Zeus e Hera, mas cada divindade era cultuada separadamente e diferentemente; tal desencontro dá suporte para que o homem, consciente do papel de pai que lhe fora negado reconstrua a realidade e aos poucos são dizimados os cultos à Grande Deusa.

Instaurado o patriarcado sob a égide de um Deus Pai todo-poderoso que não só dá origem a tudo, mas tudo governa e legisla sobre tudo e todos. Essa poderosa representação mítico-religiosa transmite uma autoridade sublime ao homem e instaura uma divisão de gênero onde o lugar da mulher é gradualmente rebaixado até a condição de não pessoa, uma vez que, o ser humano no sexo feminino - no auge da propriedade privada - passa a ser considerada uma propriedade do marido, tempo em que a maternidade sobre seu filho lhe era negada, pois, tudo que existia (mulher, filhos, escravos, bens de toda ordem) formava um único patrimônio de um singular proprietário: o homem.

Percebeu-se historicamente que os caracteres sagrados da Deusa, ofuscavam inclusive a construção de subjetividade de forma que toda criatura permaneceu alienada em sua sacralidade. Diferente do Deus pai, que deu ao homem poder para reconstruir o mundo e em seu nome governar o mundo criado, de forma que o patriarcado se instituiu com uma firme estrutura mítico-religiosa e uma semelhante estrutura psíquica.

Assim o masculino assumiu ascendência tão significativa que a simbolização do sagrado da era patriarcal foi cristalizada em uma figura masculina, um reflexo da exteriorização que corrobora

consequentemente com a objetivação e com a introjeção da supremacia do masculino no âmbito social-histórico da construção da realidade.

Foi possível perceber que na história o lugar da mulher se constituiu inferior ao do homem, e mesmo as figuras “sagradas” do feminino são promovidas ao segundo lugar, pois, o masculino construiu historicamente em torno de si toda uma realidade física e psíquica, na qual as leis profanas e, as consideradas sagradas, afirmam o império do masculino na terra e nos céus.

Essas discussões possibilitaram uma maior compreensão do diálogo entre a realidade social e as ideias religiosas para a construção de uma mais firme e duradora verdade histórica: a figura masculina da divindade. O que não permite esgotar o tema visto a amplitude de significações que a religiosidade impõe ou possibilita para a realidade social, de modo que novos pesquisadores têm toda uma multiplicidade de questões a serem exploradas.

REFERÊNCIAS


- Abbagnano, N. Dicionário de filosofia. Tradução Alfredo Bosi. 2. Ed. São Paulo: Martins fontes, 1998.
- Almeida, F. L. Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- Barros, M. L. Os deuses não ficarão escandalizados: ascendências e reminiscências de femininos subversivos no sagrado. Universidade de São Paulo. Estudos feministas. Florianópolis, 2013.
- Beauvoir, S. O segundo sexo – Livro 1. 4. Ed. São Paulo. Difusão europeia do livro, 1970.
- Berger, P. L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Organização: Luiz Roberto Benedetti. Tradução José Carlos barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.
- Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista. São Paulo: Edições paulinas, 1985.
- Bíblia Teb, Tradução ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- Bock, A. M. B. et al. Psicologia sócio-histórica: 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- Brandão, J. S. Mitologia grega. Volume I. Petrópolis – RJ: Vozes, 1986.
- Bulsing, M. A bruxaria moderna: conhecendo a wicca e suas representações e relações de gênero. Universidade Federal de Santa Maria Centro de ciências sociais e humanas departamento de sociologia e política. Santa Maria, 2010.
- Ferreira, A. B. H. Mini Dicionário século XXI: Coordenação da edição, Margarida dos anjos [et al.], Rio de Janeiro, 2001. Editora Nova Fronteira. 5ª Ed para FNDE/PNLD 2004.
- Furtado, O. O psiquismo e a subjetividade social; in Bock, Ana Mercês Bahia. et al. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- Gonçalves, M. G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a história como noção básica; in Bock, Ana Mercês Bahia. et al. Psicologia sócio-histórica: 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

- Jung, C. G. Interpretação psicológica do dogma da Trindade. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1988
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010
- Lemes, M. S. R. As sociedades matrifocal e patriarcal na Era Arturiana: A representação de Morgana, em *As Brumas de Avalon*. Curitiba, PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.
- Lins, R. N. A cama na varanda: arejando ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências. Ed. Rev. e ampliada – Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.
- Ludwig, A. C. W. Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis, RJ: Vózes, 2009.
- Moscovici, S. Representações Sociais: Investigações em psicologia social. 6 ed Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- Pio XI. Ineffabilis Deus: Sobre a imaculada concepção. 1954.
- Ribeiro, M. G. O sagrado feminino na literatura. *IPOTESI, Juiz de Fora*, v16, n2, p. 63-75, 2012.
- Trindade, S. História da Arte. 1ª Ed, Faculdade de Tecnologia e Ciências. Educação a distância, 2007.
- Vendramine, B. F. A presença das mulheres na liderança das manifestações culturais com indicação de uma possível educação matriarcal. *Anais eletrônicos do XVI Congresso Brasileiro de Folclore – UFSC, Florianópolis*, 2013.
- Vieira, T. B. Gênero e religião: paganismo e o culto à deusa na contemporaneidade. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Programa de pos-graduação em psicologia, Mestrado em Psicologia Social. Porto Alegre, 2011.


Uma análise dos delírios religiosos em perspectiva freudiana

Recebido em: 27/07/2022

Aceito em: 01/08/2022

 10.46420/9786581460570cap3

Jair Rodrigues Melo^{1*} 

Bryan Silva Andrade² 

INTRODUÇÃO

O fenômeno religioso tem se manifestado como um dos aspectos constituintes e fundamentais da cultura de várias civilizações ao longo do tempo. De acordo com Croatto (2010), a religião enquanto experiência humana propriamente dita é caracterizada como uma vivência relacional. Dessa forma, existem relações construídas por parte dos sujeitos com o mundo, com a natureza, a vida e tudo que a realidade oferece, com outro sujeito e com grupos humanos como famílias, membros de uma comunidade, clube e nação. O fenômeno religioso envolve o sujeito na integralidade das suas dimensões físicas, psíquicas, sociais e espirituais.

No tocante às manifestações psicológicas da religião, um dos fatores que são objeto de reflexão e estudos na contemporaneidade têm sido as manifestações delirantes de temática religiosa (Koenig, 2007). Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV), os delírios religiosos são considerados como sintomas de um quadro psicótico que é marcado por conteúdos místicos ou religiosos.

Um dos grandes pensadores que influenciou as concepções acerca da religião enquanto fenômeno psicológico foi o psiquiatra austríaco e psicanalista Sigmund Freud. Segundo ele, a ilusão religiosa pode ser considerada como algo implacável que tem uma relação bastante estreita entre uma pulsão e outros delírios psiquiátricos tradicionais (Freud, 1927/2006).

De acordo com Küng (2006), Freud contribuiu bastante em relação aos estudos psicológicos acerca da manifestação religiosa, sobretudo por inserir como perspectiva analítica as manifestações inconscientes do homem religioso. Assim sendo, os delírios religiosos enquanto expressão sintomática

¹ Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Mestre em Ciências da Religião (área bíblica) pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA); Professor de Bíblia no Seminário São José da diocese de Crato; Membro da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica (ABIB). ² Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em TTC pela Universidade do Estado do Ceará (UECE); Psicólogo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).

* Autor correspondente: contatojairrodrigues@gmail.com

das representações pulsionais inconscientes são interpretados pela literatura freudiana como relacionadas à experiência individual.

A pertinência do presente tema está fundamentada no fato de que tais delírios tem uma prevalência relevante nos dias atuais (Koenig, 2007) e sua compreensão pode ser facilitada pelo pensamento freudiano, uma vez que ele buscou entender as relações entre esse tipo de experiência religiosa e o inconsciente.

Neste trabalho foi utilizado para a pesquisa o método qualitativo, que de acordo com Moreira (2002), fundamenta-se na interpretação do objeto, o caráter hermenêutico desse tipo de pesquisa está baseado na experiência de vida dos sujeitos. Nesse sentido, aqui, a interpretação dos delírios religiosos será feita a partir do pensamento freudiano. Para tal foi feita uma investigação bibliográfica que contempla importantes obras do autor. Tudo tendo em vista compreender de que forma o pensamento de Freud acerca do fenômeno religioso pode contribuir para a compreensão dos delírios de conteúdo religioso, na atualidade.

O conteúdo que segue está dividido em três sessões. Na primeira serão apresentados os pensamentos de Freud sobre a religião, enfatizando a mesma como uma neurose obsessiva e como instrumento de repressão dos desejos das pessoas. Em seguida serão apresentadas as principais características do delírio religioso do ponto de vista psicopatológico e semiológico e por fim será feita uma relação entre o mecanismo de defesa da projeção e os conteúdos de tais delírios.

CONCEPÇÕES FREUDIANAS SOBRE O FENÔMENO RELIGIOSO

Freud não foi sobretudo um pensador da religião, porém é possível encontrar na teoria psicanalítica diversas reflexões sobre o fenômeno religioso. Pode-se afirmar que o mesmo utilizou conceitos fundamentais da psicanálise para interpretar a religião.

De acordo com Croatto (2010), a experiência religiosa deve ser entendida a partir de uma vivência relacional, de forma que existe uma estreita aproximação entre o sujeito e o seu ambiente histórico e cultural na produção da religião. Nas ciências humanas diversas foram as reflexões sobre a religião, mas sobretudo com um enfoque sociológico (Filoramo; Prandi, 1999).

A partir de pensamento freudiano verificou-se uma transformação no modo de interpretar a experiência religiosa, uma vez que agora a preocupação não estava mais voltada para a exterioridade do fenômeno, levando em consideração seus mitos, ritos e interditos propriamente, mas de que forma o inconsciente participa da trama que compõe a relação com o sagrado (Filoramo; Prandi, 1999).

No tocante à problematização acerca do início da religião Freud evidenciou que tanto ela quanto a moralidade e a civilização têm a sua origem no complexo paterno (Freud, 1913; 1974). Para aprofundar a questão o autor aborda o tema do mito da morte do pai totêmico, que expressa a violência quando, por exemplo, o pai expulsava da tribo os filhos a fim de que estes não se constituíssem de uma ameaça ao domínio do pai na tribo. Os filhos expulsos voltam à tribo para matar o pai. Além disso, chegam a comer

a carne dele no intuito de obterem a sua força. Para Freud este ato pode ser considerado fundante para a organização social, a moralidade e a religião (Freud, 1913; 1974).

O remorso relacionado com o assassinato do pai, fruto da ambivalência amor-ódio, terminou por torna-lo ainda mais forte e sua figura ser agora retomada pelo Deus que também é pai. Ainda fruto do remorso os seres humanos criam regras que proíbem o homicídio e o incesto (Freud, 1913; 1974). Por este viés, o pai considerado rude e cruel se transforma num pai simbólico donde provém as regras sociais e o suprimento das necessidades materiais daqueles que vivenciam a experiência da sujeição a ele.

Segundo Freud, uma vez que o fenômeno religioso possibilita o agrupamento das pessoas também favorece a imposição de limites aos desejos individuais o que ocasiona a angústia do homem na civilização. Nesse sentido, assim se expressa:

(...)Chega a hora em que cada um de nós tem de abandonar, como sendo ilusões, as esperanças que, na juventude, depositou em seus semelhantes, e aprende quanta dificuldade e sofrimento foram acrescentados à sua vida pela má vontade deles. Ao mesmo tempo, seria injusto censurar a civilização por tentar eliminar da atividade humana a luta e a competição. Elas são indubitavelmente indispensáveis. Mas oposição não é necessariamente inimizade; simplesmente, ela é mal empregada e tornada uma *ocasião* para a inimizade (Freud, 1930; 1974).

No pensamento freudiano a religião pode ser comparada a uma neurose obsessiva. Logo no começo dos estudos dele em relação à religião pode-se observar a analogia entre os rituais religiosos e os chamados "atos obsessivos". Identifica-se isso, por exemplo, em sua obra "*Atos obsessivos e práticas religiosas*" (Freud, 1907; 1977). Para ele os "atos e cerimoniais obsessivos surgem, em parte, como proteção contra o mal esperado" (Freud, 1907; 1977).

Do ponto de vista psíquico a neurose obsessiva, identificada pela presença de ideias estranhas incontroláveis e indesejadas pelo indivíduo, é originada numa falha no recalque, este que se caracteriza pelo afastamento da consciência de algo indesejado pelo sujeito (Maciel, 2007). Essa falha leva o indivíduo a experienciar uma profunda angústia e para aliviar a tensão oriunda da mesma apela-se para os rituais. Esses últimos assumem uma função protetora do ego, no sentido de escoar o mal estar provocado pelo conflito (Maciel, 2007).

Um dos pontos fortes da interpretação freudiana em relação à religião é o fato de concebê-la como uma ilusão. Sob esta alcunha a experiência religiosa conduziria a humanidade a uma eterna dependência de figuras simbólicas que impedem a realização dos anseios mais profundos das pessoas (Freud, 1927; 1974).

Essa interpretação está fundamentada na experiência da criança. No início da vida a criança vive uma relação fusional com a mãe. Parece não haver separação entre uma e outra. Nessa situação ela se sente protegida e satisfeita. Até que irrompe a figura paterna que bloqueia essa relação. Assim sendo, o pai na infância assume uma função castradora. Diante dessa realidade a criança para prosseguir o seu processo de desenvolvimento precisa assumir sua castração simbólica. Esse fato resulta numa relação com a figura paterna marcada tanto pelo amor quanto pelo ódio. O pai é visto como protetor, refúgio

seguro, mas também como objeto de ódio. Esse sentimento em relação ao pai permanece ao longo da vida toda presente no indivíduo (Maciel, 2007).

Na experiência religiosa, segundo a interpretação freudiana, essa relação com a figura paterna torna-se transferencial na relação com o Deus pai todo-poderoso. O desejo pelo Deus protetor pode ser considerado como protótipo da experiência infantil da relação com o pai.

Nesse sentido, o homem religioso vive uma ilusão na medida em que transporta para um ser considerado transcendente aquilo que foi imantado a partir da relação edípica com o pai (David, 2003).

De acordo com Küng (2006) no que diz respeito às críticas de Freud em relação à religião, podem ser destacadas sobretudo três grandes críticas. A primeira o fato de que a religião conduz à imaturidade, uma vez que leva as pessoas a esperarem respostas para os seus problemas sempre a partir daquele em que se crê, o que incentiva a falta de autonomia das pessoas. A segunda crítica vê na religião um sistema integrado e bem articulado de doutrinas e rituais que estabelecem o extremo domínio acerca do pensamento desejoso. E por fim Freud vê as ideias religiosas como uma ordem cultural imposta que pode ser comparada a um problema psicológico como uma neurose obsessiva.

A partir do que foi apresentado acima se percebe que, apesar de Freud não ter sido um teórico preocupado à primeira vista com a religião, seus estudos conduziram a uma interpretação crítica da mesma na medida em que a considerava como uma produção humana originada nas experiências infantis e que se caracteriza como uma ilusão. Os traços típicos da ilusão oriunda da vida do crente podem ser encontrados numa psicopatologia denominada de delírio com conteúdo místico ou religioso, cujo aprofundamento se dará nas páginas que seguem.

SEMIOLOGIA DOS DELÍRIOS RELIGIOSOS NA ATUALIDADE

A palavra delírio tem sua origem no latim "*delirium*" e significa etimologicamente o ato de o "arado sair fora do sulco" (Saraiva, 1993). Na atualidade esse termo pode denotar o ato de agir como um louco (Saraiva, 1993). Do ponto de vista psicopatológico, o delírio se constitui como uma alteração no pensamento. De acordo com Jaspers (1979), as chamadas ideias delirantes se caracterizam como juízos patologicamente falsos. Nesse sentido, o mesmo seria um erro no processo de ajuizar, cuja origem está na doença mental.

Hoje o delírio pode ser considerado como um dos sintomas positivos da esquizofrenia (Barlow; Durand, 2008). Ao delirar o sujeito interpreta a realidade de forma distorcida e tem plena convicção daquilo que pensa. Pode-se afirmar, de acordo com Dalgarrondo (2008) que "ao delirar o indivíduo se desgarrar de sua trama social, do universo cultural do qual se formou, e passa, mesmo contra esse grupo cultural a produzir seus símbolos e suas crenças individuais."

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV), os delírios são considerados sintomas de um transtorno psicótico, nesse sentido, estão relacionados a alterações no modo de interpretar a realidade. Segundo Dalgarrondo (2008), diversos mecanismos podem contribuir

para a formação de um delírio. Fazendo jus a outros sintomas psicóticos, o delírio pode ser resultado da interação de fatores cerebrais, assim como afetivos, psicológicos e sociais. Dessa forma tal interação se constrói de forma complexa e também multifatorial.

Além do processo de aquisição de um delírio é importante refletir também sobre como se dá a sua manutenção. Por este viés Sims (*apud* Dalgalarrondo, 2008) afirma que quatro aspectos, pelo menos, são relevantes na manutenção do mesmo. A saber: a inércia em mudar as próprias ideias, a pobreza na comunicação interpessoal, o comportamento agressivo por parte do paciente que se vê rejeitado pelo seu meio social e a busca por manter sua autoestima quando suas interpretações delirantes corroboram o respeito e a admiração que as pessoas que convivem com o paciente têm por ele.

Como exemplo, pode-se afirmar o seguinte quanto à manifestação de um delírio:

Se, por exemplo, você acreditar que esquilos são alienígenas enviados à Terra em missão de reconhecimento, seria visto como alguém que está delirando. Muitas vezes a mídia retrata esquizofrênicos que acreditam ser famosos ou importantes (como Napoleão ou Jesus Cristo (...)) (Barlow; Durand, 2008).

A classificação dos delírios pode ser feita também a partir dos tipos de conteúdos que expressam. Assim se pode falar, por exemplo em delírios persecutórios quando o indivíduo acredita que está sendo vítima de perseguição, de grandeza quando o sujeito acredita ser alguém bastante especial, sendo dotado inclusive de capacidades e poderes, bem como em delírios místicos ou religiosos quando o indivíduo afirma ser ou estar em comunicação com uma entidade sagrada.

Dentre os tipos de delírios existentes os chamados delírios religiosos, merecem uma atenção especial aqui por serem objeto de análise do presente trabalho. Estes costumemente se apresentam com aspectos de grandiosidade que denotam a importância da pessoa que delira (Dalgalarrondo, 2008).

Nessa condição o paciente se apresenta como alguém que tem poderes mágicos capazes de transformar a realidade e que está em contato direto com entidades sagradas como a Virgem Maria ou os santos. Outros chegam mesmo a afirmar que são tais personagens ou um messias enviado à Terra. Geralmente os delírios religiosos se manifestam como sintomas de psicoses.

Na interpretação de Sims (*apud* Dalgalarrondo, 2008) o delírio religioso não é causado por uma excessiva crença religiosa ou pela intensa participação em movimentos religiosos, nem mesmo por um excesso de culpa decorrente da noção de pecado, mas são reflexo de quando o indivíduo vive uma doença mental. Portanto, sua origem é psicopatológica e não religiosa.

No tocante às distinções entre a pessoa que possui problemas psicológicos e aquela que é religiosa e vive experiências místicas pode-se afirmar que:

Há, então, consenso geral de que critérios específicos existem e podem ajudar a distinguir a pessoa mentalmente doente com psicose da pessoa religiosa e devota que tem experiências místicas. A pessoa religiosa tem insight na natureza extraordinária dos seus relatos, normalmente faz parte de um grupo de pessoas que compartilha as suas crenças e experiências (culturalmente apropriado), não tem outros sintomas de doença mental que afetem o processo de seus pensamentos, é capaz de manter um trabalho e evitar problemas legais, não causar danos a si mesma e, normalmente, tem resultado positivo com o passar do tempo. Porém, claro que há

sempre a possibilidade de que uma pessoa mentalmente doente (até mesmo aquelas com doença psicótica) tenha crenças religiosas e experiências místicas que sejam culturalmente normativas e possam, de fato, ajudar a mais bem lidar com a sua doença mental (Koenig, 2007).

As características do delírio de conteúdo religioso estão vinculadas à experiência de um verdadeiro delírio em termos psicopatológicos. Junto com elas podem aparecer também outros sintomas de transtornos psicóticos, tais como alucinações diversas, alterações no campo da afetividade, da vontade, bem como de outras formas de pensamento (Koenig, 2007).

O sujeito com manifestações de delírios religiosos possui um estilo de vida e relações sociais coerentes com um portador de transtornos psicóticos e não com alguém que esteja envolvido significativamente com determinadas práticas religiosas.

Segundo Freud (1927; 1974) um dos mecanismos de defesa mais comumente encontrados nos casos de delírio é o da projeção, através do qual o sujeito projeta para fora de si mesmo seus anseios mais profundos. Dessa forma, compreender a interpretação freudiana acerca de tais fenômenos pode ser bastante útil para uma abordagem do problema que responda a altura aos principais desafios impostos por tais delírios. Nesse sentido, segue uma análise dos delírios religiosos em perspectiva freudiana.

O MECANISMO DA PROJEÇÃO E OS DELÍRIOS RELIGIOSOS

Freud afirmava que o sujeito não é plenamente consciente dos aspectos que determinam o seu comportamento, uma vez que o inconsciente se constitui como uma força motriz da qual dependem suas relações intra e interpessoais (Freud, 1927; 1974). Assim sendo, os comportamentos ditos patológicos devem ser analisados sobretudo a partir de seus elementos inconscientes, cujos conteúdos são simbolicamente expressos mediante a sintomatologia. Por este viés, os sintomas de uma psicopatologia devem ser analisados e interpretados no intuito de se identificar a que aspectos inconscientes estão vinculados.

Nasio (1999) afirma que no pensamento freudiano a fantasia assume um lugar importante para a obtenção do prazer sexual. No lugar de um objeto real, pode-se dizer que o eu utiliza um objeto fantasiado que assume a função de impedir o ímpeto da pulsão sexual. Porém, para que de fato se consiga transformar um objeto que seja real num objeto fantasiado é necessária a incorporação do objeto real até que este se transforme em fantasia. E nesse processo no objeto fantasiado são expressas características do próprio indivíduo.

Para Fonseca e Mariano (2008) o sujeito acometido de paranoia, por exemplo, chega a justificar o seu delírio, porém não de forma satisfatória, uma vez que não apresenta nenhum fundamento de realidade o que provocaria comportamentos inadequados ao seu contexto vivencial.

Freud ao estudar o Caso Schreber (1913; 1996) identificou aspectos que caracterizavam mecanismos provenientes do inconsciente como a projeção. Nesse sentido, o sujeito projeta nas pessoas

ou em grupos específicos sentimentos e desejos presentes em seu inconsciente, mas que lhe são insuportáveis e ao fazer isso desloca tais conteúdos para fora de si.

Segundo Freud (1927; 1974), um dos principais mecanismos inconscientes manifestados nos delírios é o da projeção, através do qual o sujeito projeta para o mundo exterior ideias, conflitos, temores e também desejos, que são considerados insuportáveis por ele. Para Freud tal mecanismo se constitui de uma percepção interna que é reprimida e depois trocada por uma outra forma de manifestação. A partir daí seu conteúdo chega até a consciência com uma percepção diferente, agora advinda do mundo exterior.

Além disso, o sujeito delirante deforma os conteúdos inaceitáveis. No caso de delírio religioso, essa projeção dar-se-ia não somente em termos de conteúdos conflitivos, mas também de sonhos, utopias e desejos outrora proibidos que o indivíduo enxerga como agradáveis, mas é impedido de realizar por suas condições objetivas, sócio-históricas e culturais. O delírio religioso expressaria os desejos mais profundos que o sujeito possui ou mesmo seus medos e angústias.

Por esta perspectiva pode-se afirmar que o indivíduo exterioriza aspectos fundamentais de sua existência. No caso dos delírios religiosos se percebe que o indivíduo projeta características para um outro ser, dito transcendente, que no fundo são exclusivamente suas. A partir deste viés pode-se afirmar que:

É-lhe natural, algo inato, por assim dizer, projetar exteriormente sua existência para o mundo e encarar todo acontecimento que observa como manifestação de seres que, no fundo, são semelhantes a ele próprio. É seu único método de compreensão. E de modo algum trata-se de algo auto-evidente, mas, pelo contrário, de uma coincidência notável, que, cedendo assim à sua disposição natural, consegue satisfazer uma de suas maiores necessidades". Não acho isso tão notável. Imagina você que o pensamento não possui motivos práticos, que é simplesmente a expressão de uma curiosidade desinteressada? Isso, certamente, é algo muito improvável. Acredito antes que, quando o homem personifica as forças da natureza, está mais uma vez seguindo um modelo infantil. Ele aprendeu, das pessoas de seu primeiro ambiente, que a maneira de influenciá-las é estabelecer um relacionamento com elas; assim, mais tarde, tendo o mesmo fim em vista, trata tudo o mais com que se depara da mesma maneira por que tratou aquelas pessoas (Freud, 1927; 1974).

Segundo Fonseca e Mariano (2008) Freud aborda a projeção como sendo um mecanismo de paranóia, na medida em que o sujeito reprimia os seus sintomas histéricos a projeção se evidenciava através das manifestações de sintomas, no sentido de libertar aquilo que fora reprimido.

Identifica-se que o a interpretação dos delírios religiosos a partir da projeção reconfigura a compreensão dos mesmos não como algo separado da experiência do indivíduo e puramente alheia ao seu psiquismo, mas como uma expressão da sua própria subjetividade e portanto devendo ser entendida enquanto manifestação do inconsciente.

CONCLUSÃO

O presente trabalho na medida em que buscou refletir sobre as contribuições que o pensamento freudiano pode oferecer para a compreensão dos delírios religiosos hoje, possibilitou problematizar essa aproximação entre psicanálise, psicopatologia e conteúdos místicos.

Apesar de Freud não ter sido em primeiro lugar um pensador da religião, esse tema fez parte de seus estudos e ganhou espaço em seus escritos. Tal fato permite aos estudiosos de seu pensamento reinterpretarem o significado da religião para a contemporaneidade a partir de sua coerência argumentativa.

No início do trabalho foi apresentado um resumo das principais considerações de Freud acerca da religião, o que serviu tanto para corroborar sua visão crítica em relação à mesma quanto também para destacar que ela enquanto produção humana traz consigo diversas características próprias daqueles sujeitos que a produzem, refletindo sobretudo seus anseios mais profundos e se operacionalizando como uma neurose obsessiva coletiva.

Em seguida, analisou-se do ponto de vista psicopatológico as principais características dos delírios em geral e logo depois, mais especificamente, aqueles classificados como místicos ou religiosos em decorrência de seus conteúdos. Nesse sentido, evidenciou-se que a origem de tais delírios não se encontra na vivência intensa de determinadas práticas religiosas, mas que sua nosologia tem a mesma funcionalidade dos demais tipos de delírios. Além disso, destacou-se que os mesmos se constituem como alterações do pensamento cujo processo de ajuizamento se mostra inadequado à realidade objetiva.

Por fim, constatou-se de que maneira alguns conceitos da psicanálise freudiana contribuem hoje para a compreensão dos delírios religiosos. O que denotou a importância da análise dos mesmos a partir do mecanismo da projeção, através do qual se percebe a expressão de aspectos inconscientes do sujeito delirante que se exteriorizam nos conteúdos simbólicos da fala.

Dessa forma o presente trabalho forneceu uma possível interpretação de tais fenômenos levando em consideração a indissociabilidade entre o inconsciente do sujeito delirante e os conteúdos religiosos expressos por ele.

REFERÊNCIAS


- American Psychiatric Association. DSM-IV. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- Barlow, D. H.; Durand, M. V. Psicopatologia – uma abordagem integrada. Tradução da quarta edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- Croatto, J. S. As linguagens da experiência religiosa. São Paulo: Paulinas, 2010.
- Dalgalarrodo, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- David, S. N. Freud e a Religião. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Edição Standard Brasileira. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- Filoramo, G.; Prandi, C. As Ciências das Religiões. São Paulo: Paulus, 1999.
- Fonsêca, A. L. B.; Mariano, M. S. S. Desvendando o Mecanismo da Projeção. Psicologia & m foco. Vol. 1 (1). 2008.

- Freud, S. (1907). Atos obsessivos e práticas religiosas. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- Freud, S. (1912-13). Totem e tabu. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.
- Freud, S. (1927). O futuro de uma ilusão. In: Obras completas de Sigmund Freud.
- Freud, S. (1930). O mal estar na civilização. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- Freud, S. (1913). O caso de Schreber e artigos sobre técnica. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Jaspers, K. Psicopatologia geral. Rio de Janeiro: Atheneu, 1979.
- Koenig HG. Religião, espiritualidade e psiquiatria: uma nova era na atenção à saúde mental. *Rev. Psiquiatr. Clín.* 2007; 34(1):5-7.
- Küng, H. Freud e a questão da religião. Campinas: Verus, 2006.
- Maciel, K. D. S. A. O percurso de Freud no estudo da religião: contexto histórico e epistemológico, discursos e novas possibilidades. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.
- Moreira, D. A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- Nasio, J. D. O prazer de ler Freud. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1999.
- Saraiva, F. R. S. Dicionário latino-português. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.


Roteiro de inspeção para implementação do serviço de testagem para Covid-19 em farmácias comunitárias

Recebido em: 01/08/2022

Aceito em: 02/08/2022

 10.46420/9786581460570cap4

Renato Bruno Cavalcante de Melo¹ 


Camila Martins Oliveira¹ 

Clarisse Andrade Sales¹ 

Maria Pantoja Moreira de Sena¹ 

Marcos Felipe Rodrigues de Souza¹ 

Crystyanne de Sousa Freitas¹ 

Amanda Gabryelle Nunes Cardoso Mello¹ 

Luann Wendel Pereira de Sena^{1,2*} 

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19), sendo uma doença infecciosa de alta consequência (OMS, 2020). Entre 80 e 85% dos casos são leves, não necessitam de hospitalização, devendo os casos suspeitos permanecer em isolamento respiratório domiciliar. Entre os casos que precisam de internação, cerca de 15% ficarão fora da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e menos de 5% precisam de suporte intensivo (Jiang et al., 2020).

A capacidade de resposta dos sistemas de saúde vem sendo colocada à prova diariamente, de modo que, no campo da ciência, a busca por aprimoramento e atualização dos conhecimentos torna-se uma tônica, em especial por gestores e profissionais de saúde, pressionados e sobrecarregados pelos acontecimentos. Assim, a prática interprofissional, fundamentada na articulação entre as ações e saberes em saúde, através de intensa comunicação entre profissionais, permite o aumento da resolubilidade e qualidade da assistência e, por isso, tem sido considerada fundamental na tomada de decisões clínicas durante a pandemia de COVID-19 (Bukhari et al., 2020; Meng et al., 2020).

Os Serviços Farmacêuticos (SF) constituem um conjunto de atividades contínuas e integradas, tendo o medicamento como elemento essencial, no sistema de saúde, a fim de atender às necessidades de saúde das comunidades, famílias e indivíduos, contribuindo para prevenção de doenças e para proteção, promoção e recuperação da saúde. Neste contexto, a atuação do farmacêutico tem sido de destaque. Esses profissionais, através dos SF, têm contribuído em diversas frentes: através de parcerias com outros trabalhadores de saúde; no apoio na dispensação dos medicamentos e realização de cuidado

¹ Universidade Federal do Pará.

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

* Autor correspondente: luanssena@unifesspa.edu.br

farmacêutico direto ao usuário, promovendo assim, o uso racional dos medicamentos (URM) (CFF, 2016).

Os SF podem ser divididos, fundamentalmente, entre serviços gerenciais e clínicos. Os primeiros, envolvem aspectos logísticos do sistema de abastecimento (seleção, programação, aquisição, distribuição e armazenamento), integrados em um sistema de apoio dentro da rede de atenção a saúde. O segundo, os serviços clínicos, por sua vez, compreendem diversas ações de cuidado farmacêutico, tais como a dispensação de medicamentos, seguimento farmacoterapêutico, consulta farmacêutica, rastreamento e educação em saúde, entre outros (CFF, 2016).

As farmácias, pela sua capilaridade e distribuição geográfica, e o farmacêutico pela sua competência e disponibilidade, representam frequentemente a primeira possibilidade de acesso ao cuidado em saúde (CFF, 2016). Assim, pacientes potencialmente infectados poderão procurar atendimento em farmácias públicas e privadas. Frente à pandemia, a atuação desta força de trabalho deve ter suas ações organizadas de forma a colaborar com o restante do sistema de saúde, reduzindo a sobrecarga das unidades de urgências e emergência, bem como o risco de contaminação daqueles que as procuram (Barros et al., 2020).

A Federação Internacional dos Farmacêuticos (FIP) e vários sistemas de saúde no mundo recomendam como atividades do farmacêutico no enfrentamento da pandemia (FIP, 2020):

- adquirir, armazenar e distribuir medicamentos e outros produtos para a saúde (medicamentos, álcool, entre outros) para suprir a demanda;
- adequar o estabelecimento de forma a propiciar o fluxo de casos e casos suspeitos, a fim de minimizar a disseminação e o surgimento de novos casos;
- definir área isolada para atendimento de casos confirmados, casos prováveis e de casos suspeitos de COVID-19, baseando-se em parâmetros técnicos;
- desenvolver e implantar planos de emergência e fluxo de trabalho local;
- realizar triagem clínica e testes rápidos em casos suspeitos, contato próximo e contato domiciliar que acessarem a farmácia;
- notificar casos confirmados e casos suspeitos;
- direcionar o caso confirmado ou caso suspeito, conforme gravidade e risco de complicações, para serviços de urgência/emergência, de Atenção Primária à Saúde (APS), de consultórios médicos privados ou isolamento domiciliar;
- acompanhar a evolução de casos confirmados, casos prováveis e casos suspeitos sintomáticos leves;
- acompanhar o estado de saúde da equipe e recomendar isolamento se algum membro atender à definição de caso confirmado ou casos suspeitos;

- promover a contenção da infecção e o alívio sintomáticos de casos confirmados leves e casos suspeitos com medidas terapêuticas e com educação do paciente, da família e do cuidador, no seu âmbito de atuação;
- renovar receitas de medicamentos de uso contínuo a pacientes assintomáticos com doenças crônicas não transmissíveis controladas (pessoas com diabetes, hipertensão, entre outros);
- educar a equipe e estabelecer processos de trabalho que propiciem proteção ambiental e ocupacional visando a minimização do risco de contaminação de paciente na farmácia;
- informar e educar a comunidade, a equipe de trabalho e o gestor do serviço com informações oficiais e baseadas em evidência científica.

Por conta disso, a poluição frequentemente procura o farmacêutico e as farmácias como a primeira forma de atendimento às suas preocupações e problemas relacionados à saúde. Neste contexto, o objetivo deste estudo é desenvolver um roteiro de inspeção a ser alocado nas farmácias comunitárias para subsidiar o desenvolvimento e/ou implementação do serviço de testagem de COVID-19 nas farmácias comunitárias.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo caracteriza-se por ser descritivo analítico, cuja finalidade foi desenvolver um roteiro de inspeção para o desenvolvimento e/ou implementação do serviço de testagem de COVID-19 nas farmácias comunitárias.

O questionário consiste em perguntas abertas e fechadas, a serem respondidas pelo farmacêutico (Tabela 1), facilitando assim, a aprovação do procedimento no ato da inspeção de fiscalização das vigilâncias sanitárias municipais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relatório de inspeção apresenta tópicos envolvendo questões como: informações gerais da empresa, do responsável técnico, atividades desempenhadas pela farmácia – prestação de serviços e/ou procedimentos providos por farmacêuticos e o roteiro para implementação do serviço de testagem para covid-19 em farmácia (Tabela 1 e 2).

Tabela 1. Informações gerais do estabelecimento farmacêutico.

INFORMAÇÕES GERAIS		
EMPRESA		
Razão Social:		
CNPJ:	Inscrição Municipal:	Inscrição Estadual:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	UF:
Telefone:	E-mail:	CEP:
Representante Legal:		CPF:
Horário de Funcionamento:		
RESPONSÁVEL TÉCNICO(A)		
Nome:	CRF/ :	
Telefone:	E-mail:	
ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA FARMÁCIA		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS		
() Aferição de Parâmetros Bioquímicos: Glicemia Capilar (Auto-teste);	() SIM () NÃO	
() Administração de Medicamentos Injetáveis;	() SIM () NÃO	
() Atenção Farmacêutica Domiciliar;	() SIM () NÃO	
() Realização Perfuração de Lóbulo Auricular;	() SIM () NÃO	
() Aferição de Pressão Arterial;	() SIM () NÃO	
() Aferição de Temperatura Corpórea;	() SIM () NÃO	
() Realização de Serviço de Vacinação Humana (de acordo com a RDC/ANVISA nº 197 de 2017);	() SIM () NÃO	
() Realização de Serviço de Testes Rápidos;	() SIM () NÃO	

Tabela 2. Roteiro de inspeção.

ROTEIRO PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE TESTAGEM PARA COVID-19 EM FARMÁCIAS					
1. DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS		S	N	N/A	VAL.
1.1	O estabelecimento possui CARTÃO CNPJ atualizado com suas devidas atividades?				
1.2	Existe ALVARÁ ou LICENÇA DE FUNCIONAMENTO emitido pela PREFEITURA e a mesma encontra-se atualizada com suas respectivas atividades?				
1.3	O estabelecimento possui CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA – CRT , emitida pelo CRF e ela encontra-se atualizada com seus respectivos farmacêuticos e horários?				
1.4	O estabelecimento possui AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO – AFE e ela está atualizada com suas respectivas atividades, incluindo serviços farmacêuticos?				
1.5	A farmácia possui PUBLICAÇÃO da RESOLUÇÃO em DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO – AFE , incluindo serviços farmacêuticos?				
1.6	O estabelecimento possui APROVAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO emitido pela VIGILÂNCIA SANITÁRIA (engenharia) e ela está atualizada com suas respectivas atividades, incluindo serviços farmacêuticos?				
1.7	O estabelecimento possui RELATÓRIO DE INSPEÇÃO emitido pela VIGILÂNCIA SANITÁRIA e a mesma está atualizada com suas respectivas atividades, incluindo serviços farmacêuticos?				
1.8	O estabelecimento possui o ALVARÁ ou LICENÇA DE SANITÁRIA emitida pela VIGILÂNCIA SANITÁRIA e ela encontra-se atualizada com as atividades desempenhada no estabelecimento, incluindo serviços farmacêuticos?				
1.9	O estabelecimento possui o MANUAL DE BOAS PRÁTICAS FARMACÊUTICAS (MBP) atualizado e validado pelo responsável técnico com as atividades desempenhadas, incluindo serviços farmacêuticos?				
1.10	O estabelecimento possui o PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP) atualizado e validado pelo responsável técnico com as atividades desempenhadas, incluindo serviços farmacêuticos e teste para COVID-19?				

1.11	O estabelecimento possui o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE (PGRSS) atualizado com as normas (RDC Nº 222/18) e resíduos gerados pelo estabelecimento?				
1.12	O estabelecimento possui contrato com a empresa COLETORA DE RESÍDUOS?				
1.13	A farmácia possui o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE de acordo com a Resolução-RDC nº 222, de 28 de março de 2018?				
1.14	A farmácia possui Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)?				
1.15	A farmácia possui autorização da VISA local para realização de Testes Rápidos para COVID-19?				
1.16					
1.17					
1.18					
2. INFRAESTRUTURA SANITÁRIA		S	N	N/A	VAL.
2.1	Existe SALA PRIVATIVA para a realização da testagem? Em caso de ser realizado na mesma sala de serviços farmacêuticos é DELIMITADO HORÁRIOS para realização individual de cada procedimento?				
2.2	Está sala possui JANELAS ou SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO COM EXAUSTÃO a fim de assegurar a renovação do ar, de forma a estabelecer ambientes mais seguros, considerando as formas de transmissão da covid- 19?				
2.3	A sala de serviços farmacêuticos conta com dimensões, pia com água corrente, e infraestrutura compatíveis com o serviço que serão realizados?				
2.4	Existe local para PARAMENTAÇÃO e DESPARAMENTAÇÃO , respeitando o fluxo de trabalho implementado no serviço, de forma a evitar o trânsito com a paramentação em locais não destinados à realização dos testes rápidos?				

2.5					
2.6					
2.7					
3. PROCESSOS E PROCEDIMENTOS		S	N	N/A	VAL.
3.1	Existe PROTOSCOLOS e FLUXOS DE TRABALHO , como a triagem de pacientes e profissionais?				
3.2	O DETALHAMENTO DESTE FLUXO está diferenciado, incluindo ORGANIZAÇÃO DA LIMPEZA do AMBIENTE , atendendo às normas sanitárias vigentes?				
3.3	Pacientes com sintomas respiratórios são atendidos de forma IMEDIATA , isso está descrito no seu POP e FLUXOGRAMA ?				
3.4	O ambiente está DELIMITADO para o fluxo de pessoal e áreas de atendimento, espera e pagamento, diferentes para os usuários que buscam os serviços de teste rápido em relação aos que buscam outros atendimentos ou realização de outros exames, de forma a se reduzir o risco de contágio pelo novo coronavírus?				
3.5	Existe BARREIRAS preferencialmente físicas entre funcionários e usuários, como também entre os próprios usuários? <i>Recomenda-se que o distanciamento seja de no mínimo um metro entre as pessoas.</i>				
3.6	A farmácia adota estratégias com o objetivo de limitar o número de clientes no serviço para evitar aglomeração nas áreas de atendimento, cadastramento e espera? Isso está descrito no seu pop e fluxograma?				
3.7	A farmácia DISPONIBILIZA para os usuários com sintomas respiratórios, MÁSCARA CIRÚRGICA , além reforçar a obrigatoriedade do uso de máscara cirúrgica ou de tecido para todos os clientes que adentrarem no serviço, independentemente de ser suspeito ou não?				
3.8	A farmácia disponibiliza insumos, de proteção e prevenção, tais como: ÁGUA E SABONETE LÍQUIDO OU PREPARAÇÕES ALCOÓLICAS A 70% para higiene das mãos e equipamentos de proteção individual (epi), estando estes em fácil acesso e suficientes para os pacientes e equipe?				
3.9	A equipe de colaboradores inclusive os farmacêuticos estão capacitados sobre as medidas de prevenção da transmissão do novo coronavírus, incluindo a higienização das mãos e o uso adequado dos epi?				
3.10	Os farmacêuticos estão capacitados para realizar a TRIAGEM, TESTAGEM E NOTIFICAÇÃO dos casos suspeitos de covid-19?				

3.11	O profissional de saúde legalmente HABILITADO para a realização e interpretação dos testes, além de seguir estritamente as instruções de uso do dispositivo que será utilizado?				
3.12	A farmácia disponibiliza, de forma visível aos usuários e funcionários, cartazes orientativos sobre medidas de prevenção da transmissão do novo coronavírus, como por exemplo: a higienização adequada das mãos com preparação alcoólica a 70%, %, o uso correto dos epis, a higiene respiratória/etiqueta da tosse disponíveis em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/arquivos/arquivos-audiovisual/7053json-file-1 e https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/paf/coronavirus/arquivos/arquivos-audiovisual/7064json-file-1 ; Estabelecendo procedimento escrito para o atendimento, incluindo árvore decisória para utilização do teste?				
3.13	Todos os testes utilizados no estabelecimento possuem REGISTRO junto à ANVISA/MS?				
3.14	É realizada a LIMPEZA e DESINFECÇÃO do ambiente e das superfícies comuns ao atendimento que tenham sido utilizados na assistência aos pacientes suspeitos de infecção pelo novo coronavírus, contendo este procedimento de limpeza no POP ? <i>Sugere-se a desinfecção com álcool 70% ou hipoclorito de sódio 0,5% ou outro desinfetante regularizado junto à ANVISA, que apresenta eficácia contra vírus envelopados (por exemplo: peróxido de hidrogênio, compostos de amônio quaternário e compostos fenólicos). Seguir as instruções do fabricante para concentração, método de aplicação e tempo de contato para todos os produtos de limpeza e desinfecção;</i>				
3.15	O serviço possui PROTOSCOLOS contendo as orientações a serem implementadas em todas as etapas de limpeza e desinfecção de superfícies, incluindo a periodicidade desse processo?				
3.16	É realizada a CAPACITAÇÃO periódica da EQUIPE DE LIMPEZA , sejam elas próprias ou terceirizadas? <i>A capacitação deve incluir além das orientações sobre o processo de limpeza e desinfecção, orientações sobre higiene das mãos, uso de EPI e outras medidas de prevenção. Outras orientações sobre o tema podem ser acessadas no Manual de Segurança do Paciente: limpeza e desinfecção de superfícies, publicado pela Anvisa em seu sítio da internet.</i>				
3.17	A farmácia fornecer o LAUDO AO PACIENTE , em meio físico ou digital e assinado pelo profissional de saúde, com o resultado do teste, conforme previsto pela RDC nº 302/2005, a fim de garantir registro e RASTREABILIDADE dos resultados?				
3.18	A farmácia informa os RESULTADOS REAGENTES às autoridades de saúde competentes, por meio de canais oficiais estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde?				
3.19	A farmácia realiza NOTIFICAÇÃO em caso de ocorrência de queixa técnica associada ao dispositivo utilizados pelo Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (Notivisa), em até 5 (cinco) dias após seu conhecimento?				

3.20	Todos os RESÍDUOS provenientes da assistência a pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), estão classificados no subgrupo A1, de acordo com a Resolução-RDC nº 222, de 28 de março de 2018?				
3.21	Os resíduos são acondicionados, em sacos vermelhos ou brancos leitosos – os sacos brancos leitosos poderão ser utilizados Excepcionalmente durante essa fase de atendimento aos pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2, caso o serviço de saúde não possua sacos vermelhos para atender a demanda – que devem ser substituídos quando atingirem 2/3 de sua capacidade ou pelo menos 1 vez a cada 48 horas, independentemente do volume e identificados pelo símbolo de substância infectante. Os sacos devem estar contidos em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura, vazamento e tombamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados. Estes resíduos devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada, e estabelecer um grupo de gestão para execução dos testes. Este grupo deve ser configurado com a responsabilidade pela gestão das etapas referentes à realização do teste e de um programa de formação para os responsáveis pela coleta, realização do teste, interpretação e liberação dos resultados dos testes rápidos.				
3.22	O profissional na hora da COLETA DE AMOSTRA SANGUÍNEA utiliza: avental, óculos de proteção ou protetor facial, luvas descartáveis e máscara cirúrgica?				
3.23	O profissional na hora da COLETA DE AMOSTRA DO TRATO RESPIRATÓRIO SUPERIOR , como as realizadas por meio de <i>swab</i> , um procedimento com risco de geração de aerossóis utiliza: avental, óculos de proteção ou protetor facial, luvas descartáveis gorro, máscara N95/PPF2 ou equivalente? A máscara N95 é posicionada antes de entrar na sala da coleta, e retirada após sair dessa sala?				
3.24	É realizado pelo profissional a HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica a 70% com frequência, e antes e após cada atendimento?				
3.25	É utilizada medidas de BIOSSEGURANÇA PARA A MANIPULAÇÃO DA AMOSTRA e da destinação correta aos resíduos?				
3.26	O estabelecimento registra corretamente dados e resultados de forma a garantir a sua rastreabilidade e atuar de acordo com os procedimentos definidos a partir dos resultados apresentados?				
3.27	Os procedimentos de biossegurança são respeitados pelo estabelecimento no ato da realização dos testes?				
3.28	Neste conjunto de pops específicos deverá estar descrito todo o fluxo de procedimentos e etapas, desde o agendamento, orientações, organização da espera, até a emissão de Declaração de Serviços Farmacêuticos (DSF) e encaminhamentos devidos do cliente, atendendo				

	todos os dispositivos e normas legais que regulamentam tais exames em farmácias.				
	Atentar para qualquer suspeita de desvio de qualidade do <i>kit</i> diagnóstico que está empregando nos exames rápidos, interrompendo seu uso e notificando às autoridades sanitárias, através do sistema NOTIVISA da Anvisa;				
3.29	Verificar periodicamente se há alertas sanitários, resoluções ou outras manifestações oficiais da Anvisa ou de outro ente do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), suspendendo, interditando ou proibindo, ainda que cautelar ou provisoriamente, o emprego de determinado produto/marca (ou lote específico dele).				
3.30	O paciente deve ser orientado pelo farmacêutico durante todo o processo de testagem, sendo certificado das limitações que a metodologia de testes rápidos apresenta, e assim, das ressalvas em relação aos resultados obtidos, bem como da necessidade de repetir o mesmo, ou buscar orientações médicas para confirmação.				
3.31	A farmácia realiza o registro do serviço realizado através da Declaração de Serviço Farmacêutico afim de servir como comprovante de que a aplicação do teste ocorreu em consonância com a sua instrução de uso e a respeitou a respectiva janela imunológica?				
3.32					
3.33					
3.34					
3.35					

Obs1: A sigla **S** significa **SIM**;

Obs2: A sigla **N** significa **NÃO**;

Obs1: A sigla **N/A** significa **NÃO SE APLICA**;

Obs2: A sigla **VAL.** significa **VALIDADE**;

O Brasil e o mundo registraram e ainda vem registrando mortes ocasionadas pelos agravos da COVID-19 e a sua não detecção precoce da doença pode gerar danos irreversíveis à saúde. O sistema único de saúde não consegue absorver as demandas para testagem além das dificuldades de acesso para população, por este motivo se faz necessários a ampliação da testagem para empresas privadas como FARMÁCIAS que correspondem cerca de 96 mil estabelecimentos em todo BRASIL, tendo esses estabelecimentos como primeira porta de acesso a saúde pela população, neste contexto cabe ressaltar

que a ANVISA autorizou em caráter temporário a TESTAGEM EM FARMÁCIAS para detecção do COVID-19 mas os estabelecimentos que desejam realizar esses teste rápidos, devem seguir normas sanitárias emitidas na RESOLUÇÃO - RDC Nº 377, DE 28 DE ABRIL DE 2020, NOTA TÉCNICA Nº 6/2021/SEI/GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA e NOTA TÉCNICA Nº 7/2021/SEI/GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA para garantir a qualidade dos serviços dispensados à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018 que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. NOTA TÉCNICA Nº 6/2021/SEI/GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA. Orientação para farmácias durante o período pandemia da COVID-19.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. NOTA TÉCNICA Nº 7/2021/SEI/GRECS/GGTES/DIRE1/ANVISA. Orientação para a realização de testes rápidos, do tipo ensaios imunocromatográficos, para a investigação da infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução Da Diretoria Colegiada - RDC Nº 377, DE 28 DE ABRIL DE 2020. Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográfico) para a COVID-19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. resolução de diretoria colegiada – RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
- Barros DSL; Silva DLM; Leite SN; Barros DSL (2020). Serviços Farmacêuticos Clínicos na Atenção Primária à Saúde do Brasil. Trabalho Educação e Saúde. 18(1).
- CFF. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia; 2016.
- FFI. Conselho Federal de Farmácia. Orientação Sanitária da FIP. Epidemia por Coronavírus SARS-CoV-2: Informações e diretrizes provisórias para farmacêuticos e colaboradores da farmácia. The Hague: Federação Farmacêutica Internacional /CFF; fevereiro de 2020.
- Jiang, S.; Li, L.; Ru, R.; Zhang, C.; Rao, Y.; Lin, B. et al. (2020). Pharmaceutical care for severe and critically ill patients with corona virus disease 2019 (COVID-19). Journal of Zhejiang University (Med Science), v. 49, n. 1.

Meng, L.; Qiu, F.; Sun, S. (2020). Providing pharmacy services at cabin hospitals at the coronavirus epicenter in China. *International Journal of Clinical Pharmacy*, v. 34, p. 74-87.

Desenvolvimento de uma Cartilha de Dispensação Farmacêutica em Farmácias Comunitárias


Recebido em: 16/08/2022

Aceito em: 21/08/2022

 10.46420/9786581460570cap5

Marcos Felipe Rodrigues de Souza¹ 

Clarisse Andrade Sales¹ 

Camila Martins Oliveira¹ 

Maria Pantoja Moreira de Sena¹ 

Renato Bruno Cavalcante de Melo¹ 

Crystyanne de Sousa Freitas¹ 

Luann Wendel Pereira de Sena^{1,2*} 

INTRODUÇÃO

O farmacêutico, atualmente, se apresenta como o membro da equipe de saúde mais acessível e primeira fonte de assistência e aconselhamento em cuidados gerais de saúde. A sua reaproximação da farmácia e atuação na atenção aos pacientes, deixando de concentrar suas ações exclusivamente no medicamento, fizeram com que o processo de dispensação passasse a ser compreendido como ação essencial para a promoção da saúde e o uso racional de medicamentos (URM) (Ramalho & Baiense, 2022).

As farmácias comunitárias no Brasil são, em sua maioria, privadas, de propriedade particular, há também, uma distinção legal entre farmácia e drogaria, sendo estas últimas proibidas de atuar na manipulação ou no fornecimento fracionado de medicamentos (Angonesi & Reno, 2011).

Importante destacar que a prática profissional dos farmacêuticos inclui os serviços farmacêuticos e pode ser entendido como um conjunto de ações, realizadas por um profissional de farmácia ou prestado no decorrer de diversas atividades que fazem parte do campo (Ramalho & Baiense, 2022).

Sendo assim, a evolução dessa profissão no Brasil sofre grande influência de interesses comerciais e com a ação da promoção do cuidado farmacêutico, especialmente da sua filosofia, envolvendo todas as atividades dos farmacêuticos relacionadas ao cuidado do paciente, apresenta grande interesse para a população buscar serviços primários nas farmácias comunitárias (Angonesi & Reno, 2011).

O cenário farmacêutico no Brasil tem passado por mudanças importantes nos últimos anos, todas elas resgatando o valor e o papel do farmacêutico na sociedade. A prática do cuidado farmacêutico, assim denominada, é um novo modelo e uma das funções primordiais do profissional, que é a função assistencial, a qual, trata-se da interação direta do farmacêutico com o usuário/cliente, visando uma

¹ Universidade Federal do Pará.

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

* Luann Wendel Pereira de Sena: luannsena@unifesspa.edu.br

farmacoterapia racional e funcional, bem como, a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para uma melhoria na qualidade de vida (Silva et al., 2021).

Também com a expansão da indústria farmacêutica, o profissional sofreu uma descaracterização de suas funções, foi levado a se distanciar desse contato direto com a sociedade, concentrando-se nas indústrias principalmente, além da dificuldade em empreender e dado ao aumento da concorrência causado pelo crescimento de Farmácias de Rede, houve uma descaracterização das funções do farmacêutico junto à sociedade (Silva et al., 2021).

Neste contexto, o objetivo deste estudo foi desenvolver uma cartilha de dispensação farmacêutica com o intuito de melhorar essa atividade e dá maior segurança para os pacientes em farmácia comunitária.

A FARMÁCIA COMUNITÁRIA

A farmácia tem fundamental importância como porta de acesso da população em relação ao consumo de medicamentos e devia ser entendida como um posto avançado de atenção primária de saúde. As Farmácias comunitárias referem-se aos estabelecimentos do comércio varejista privado tendo o farmacêutico como responsável técnico, atendendo às exigências da Lei no 5.991/73 do Ministério da Saúde (Correr et al., 2013).

Diante disso, no Brasil a farmácia comunitária tem sua característica estabelecida na evolução de avanços acentuada ao atendimento explícito na adequação da orientação farmacêutica, contendo a inovação na prestação do serviço farmacêutico, considerando-se estabelecimentos com a importância de recursos adequados para cuidados com saúde (Santos & Morais, 2021).

É importante afirmar que a farmácia comunitária, pelo espaço que ocupa no processo de aquisição e dispensação desses produtos, pode ser um locus importante para a realização de práticas que fomentem seu uso mais seguro e racional. A presença e a ação do farmacêutico nesses estabelecimentos se fundamentam no fato de que o uso racional do medicamento requer a aplicação de um conhecimento técnico científico aprofundado sobre as suas características intrínsecas, pelas reações e interações adversas que podem desencadear, e sobre as doenças para as quais são úteis (Bastos & Caetano, 2010).

Desse modo, o farmacêutico clínico na farmácia comunitária privada tem inúmeras atribuições, como: analisar prescrições, desenvolver ações para promoção, proteção, recuperação da saúde e a prevenção de doenças aos seus utentes, realizar a gestão de toda a farmácia (Santos & Morais, 2021).

A principal necessidade da sociedade com relação às farmácias é obter medicamentos sob condições ótimas de conservação e em acordo com a legislação vigente. Ainda que seja a principal, entretanto, fornecer medicamentos não constitui hoje a única responsabilidade da farmácia. Há um forte movimento no País buscando ampliar a participação da farmácia comunitária no sistema de saúde brasileiro. Além da dispensação de medicamentos e produtos para a saúde, busca-se atualmente o desenvolvimento de serviços farmacêuticos clínicos, providos à população de forma harmônica e articulada ao sistema de saúde (Correr et al., 2013).

Desse modo, a farmácia comunitária tem fundamental importância como porta de acesso da população em relação ao consumo de medicamentos e devia ser entendida como um posto avançado de atenção primária de saúde. As Farmácias comunitárias referem-se aos estabelecimentos do comércio varejista privado tendo o farmacêutico como responsável técnico, atendendo às exigências da Lei no 5.991/73 do Ministério da Saúde (CRF-SP, 2017).

O PAPEL DO FARMACÊUTICO

Os modelos tradicionais de prática farmacêutica têm sua preocupação principal voltada para os cuidados com o medicamento, desse modo, o foco de trabalho do farmacêutico se direciona para planejamento, síntese, produção, abastecimento, distribuição e controle de qualidade dos medicamentos. Em decorrência desse foco, sua prática mostra-se pouco efetiva sobre a morbimortalidade relacionada a medicamentos, o que tem levado ao surgimento de algumas novas propostas de prática profissional na profissão farmacêutica. Dentre esses novos caminhos, há a Atenção Farmacêutica, que se apresenta como uma alternativa implementada ou em implementação em diversos países que visa redirecionar o objetivo do trabalho do farmacêutico para o indivíduo que necessita e usa os medicamentos, no sentido de melhorar a qualidade do processo de utilização de medicamentos pela população (Bastos & Caetano, 2010).

Como profissional qualificado que exerça atividade regulamentada, os farmacêuticos não são apenas responsáveis por suas ações técnicas, mas também pelas ações de terceiros sujeitos à sua fiscalização e pode estar sujeito a implicações morais, civis e criminais. Porque, também responsável por todo o comércio de medicamentos e, insumos farmacêuticos em farmácias e drogarias, além da qualidade que deve ser certificada e a garantia para estes produtos. A partir dessas considerações, a profissão precisa entender sua responsabilidade e direitos para funcionar plenamente no mercado (Ramalho & Baiense, 2022).

A farmácia comunitária, pelo espaço que ocupa no processo de aquisição e dispensação desses produtos, pode ser um locus importante para a realização de práticas que fomentem seu uso mais seguro e racional. A presença e a ação do farmacêutico nesses estabelecimentos se fundamentam no fato de que o uso racional do medicamento requer a aplicação de um conhecimento técnico científico aprofundado sobre as suas características intrínsecas, pelas reações e interações adversas que podem desencadear, e sobre as doenças para as quais são úteis (Bastos & Caetano, 2010).

DISPENSAÇÃO FARMACÊUTICA

A definição de dispensação é o ato farmacêutico de distribuir um ou mais medicamentos a um paciente, geralmente como resposta à apresentação de uma prescrição elaborada por um profissional autorizado. Neste ato, o farmacêutico informa e orienta o paciente sobre o uso adequado do medicamento. São elementos importantes dessa orientação, entre outros, a ênfase no cumprimento do

regime de dose, a influência dos alimentos, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação do produto (Angonesi & Reno, 2011).

O farmacêutico é o profissional responsável pela dispensação de medicamentos realizada em drogarias, pois para o exercício desta atividade deve-se ter conhecimento técnico acerca dos medicamentos e das ações de cada um no organismo humano, bem como a habilidade de comunicação com pacientes, visando à orientação correta quanto ao uso do medicamento dispensado (Da Silva et al., 2020).

A dispensação de medicamentos nas drogarias geralmente também é realizada por atendentes, como os balconistas, que devem ser treinados para auxiliar o farmacêutico na dispensação, acolhendo o paciente, iniciando o processo de compreensão acerca de suas necessidades e por fim, encaminhando para o atendimento farmacêutico (Da Silva et al., 2020).

A dispensação deve cumprir três requisitos básicos: atender a 100% dos consumidores, ser ágil e eficiente e estar integrada à rotina diária do profissional. A dispensação deve ser realizada pelo farmacêutico ou sob sua supervisão (Angonesi & Reno, 2011).

A dispensação ideal deve aliar o caráter técnico do procedimento de entrega que garanta o recebimento de um medicamento ou dispositivo dentro dos padrões de qualidade, segurança e orientações que promovam o uso adequado e apropriado dos medicamentos (Angonesi & Reno, 2011).

Porém, a dispensação de medicamentos se tornou um ato mecânico, desprovido dos cuidados necessários para a assistência à saúde, havendo, contudo, uma tendência de incorporação de novas práticas como: ouvir as necessidades de o paciente bem como instruir ao uso racional de medicamentos, necessitando ser resgatado o papel principal do farmacêutico como dispensador para um maior ganho social (Silva et al., 2021).

É importante destacar algumas atividades relacionadas com o processo de dispensação como a avaliação da prescrição deve ser avaliada pelo farmacêutico antes de ser enviada, em casos de eventuais dúvidas ou problemas detectados na avaliação, o farmacêutico deve contatar o prescritor, de maneira educada, ética e profissional, para obter os esclarecimentos necessários (CRF-SP, 2017).

Não há como desvincular o caráter comercial dos estabelecimentos farmacêuticos atualmente, pois essa realidade decorre de um processo cultural e envolve questões de ordem socioeconômicas amplas. Então se deve entender a dispensação como uma prática que seja eficiente e ágil para abranger as dimensões técnicas e comerciais (Angonesi & Reno, 2011).

Vale destacar a Lei nº 5991/73 que dispõe acerca das responsabilidades técnicas dos farmacêuticos, bem como as normas sanitárias, como a obrigatoriedade do farmacêutico nas farmácias e drogarias, cabendo ressaltar também a Resolução nº 328/99 que prevê que o farmacêutico é responsável pela supervisão da dispensação dos medicamentos quando a prática não é realizada por ele (Da Silva et al., 2020).

De acordo com a Resolução CFF nº 596/2014, o farmacêutico é um profissional da saúde, por isso, deve executar todas as atividades de seu âmbito profissional, de modo a contribuir para a salvaguarda da saúde pública e, ainda, promover ações de educação em saúde (CRF-SP, 2017).

Na Espanha, o Consenso de Atenção Farmacêutica, inclui a dispensação como uma das atividades da Atenção Farmacêutica relacionando a com as outras voltadas ao paciente. Esse documento descreve que a dispensação é um ato profissional complexo que não deve ser considerada uma atividade final e sim como um suporte para realizar a atenção farmacêutica. Destaca-se que farmacêutico deve ter uma atitude ativa ao entregar o medicamento e/ou produto sanitário em condições ótimas e de acordo com as normas legais vigentes, protegendo o paciente da possível aparição de problemas relacionados com os medicamentos (Angonesi & Reno, 2011).

Desta forma, a farmácia comunitária ocupa um importante espaço no cenário da saúde pública brasileira, como local de dispensação de medicamentos e de contínua promoção do consumo de medicamentos para a população. Nelas, o usuário busca, através do consumo de produtos, prescritos ou não, o restabelecimento da sua saúde (Bastos & Caetano, 2010).

SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Os serviços farmacêuticos podem ser definidos como um conjunto de ações destinadas a garantir atenção integral e sustentada às necessidades e problemas de saúde individuais e coletivos, dos quais os medicamentos são um dos elementos centrais. Além de proteger a saúde física e mental dos pacientes, esses cuidados são ferramentas importantes para auxiliar no tratamento e acompanhamento da doença (De Oliveira et al., 2020).

Dentre esses serviços, destaca-se a atenção farmacêutica, incluindo atendimento domiciliar, medição e administração de parâmetros fisiológicos e bioquímicos, monitoramento da terapia medicamentosa e a perfuração de lóbulo auricular para colocação de brincos. O atendimento da farmácia domiciliar é baseado no envolvimento do farmacêutico com os pacientes, por meio de orientações, assistência farmacêutica e acompanhamento farmacoterapêutico, com o objetivo de alcançar resultados de tratamento promissores e proporcionar aos pacientes uma melhor qualidade de vida, sendo os pacientes os maiores beneficiários (De Oliveira et al., 2020).

As farmácias comunitárias fornecem serviços essenciais aos pacientes e às equipes de saúde por meio do suprimento contínuo de medicamentos e tratamento, oferecem horários e serviços prolongados, para fornecer produtos e suprimentos de saúde. Em paralelo, esses serviços devem estar preparados para gerenciar medicamentos e suprimentos médicos, enquanto atendem a equipes de saúde integradas e a população (Prado et al., 2021).

Os serviços farmacêuticos contemplam as ações de assistência em saúde e permitem acompanhar, avaliar a melhora da qualidade de vida dos pacientes, quando beneficiados por estas práticas. Desta maneira, as atividades desenvolvidas na comunidade pode ser um importante instrumento de

conscientização, já que um usuário bem orientado quanto ao uso correto de medicamentos, doenças predominantes em seu meio e as formas de prevenir ou minimizar suas complicações, provavelmente terá uma melhor qualidade de vida e boas condições de saúde, além de tornar-se um multiplicador das informações (CRF-SP, 2017).

Desta forma, o serviço de vacinação nestas localidades facilitará o acesso da população, colaborando beneficentemente para o aumento das coberturas vacinais. Por isso, cresce a necessidade de realizarmos vacinação em massa para ampliar a oferta de imunobiológicos e fortalecer o calendário vacinal, pois se considera um espaço de saúde com amplo potencial paratrazer benefícios em termos de saúde pública (CRF-SP, 2017).

Nesta perspectiva, o crescimento da oferta do serviço de rastreamento será capaz de diminuir o subdiagnóstico clínico, como também, todas as chances e prevenção que não foram identificadas. Desta forma, existem alguns pontos para que uma condição de saúde seja identificada, tais como: ocorrência e gravidade expressiva da doença na população; detecção e prevalências de suas formas pré-clínicas; deve-se dispor de tratamento, e a constatação precoce poderá impedir consequências mais severas. Neste sentido, a associação dessa prática ajuda os enfermos na atenção à saúde e na análise de desfechos positivos na terapia, visto que, sua limitação não está traçada apenas no acesso a medicação, mas também, a necessidade de orientações e cuidados clínicos durante o tratamento (Prado et al., 2021).

Portanto, os serviços farmacêuticos mostram resultados significativos para a melhoria da efetividade do tratamento e da qualidade de vida dos utentes. Dessa forma, o profissional Farmacêutico como responsável por tais atividades, possui grande responsabilidade para a saúde individual e coletiva da população e as farmácias comunitárias se apresentam como um estabelecimento que entregam serviços que facilitam o fluxo na saúde pública.

MATERIAL E MÉTODOS

Tipos de estudo

O estudo caracteriza-se por ser um estudo descritivo analítico, cuja finalidade foi desenvolver um fluxograma de dispensação farmacêutica com o intuito de melhorar essa atividade e dá maior segurança para os pacientes em farmácia comunitária.

Estrutura do Fluxograma

O fluxograma consiste em mostrar todo o processo de dispensação de medicamentos de forma segura e coerente, analisando todas as decisões do cliente/paciente (Figura 1) e no fluxograma 2 (Figura 2) apresenta todos os serviços farmacêuticos prestado em uma farmácia comunitária.

RESULTADOS

O método de cuidado na dispensação de medicamentos está apresentado no formato de fluxograma (Figura 1) e pretende estabelecer um método padrão a ser adotado em qualquer estabelecimento que realize a dispensação direta ao usuário. Dessa forma, proporcionado um profissional diferenciado.

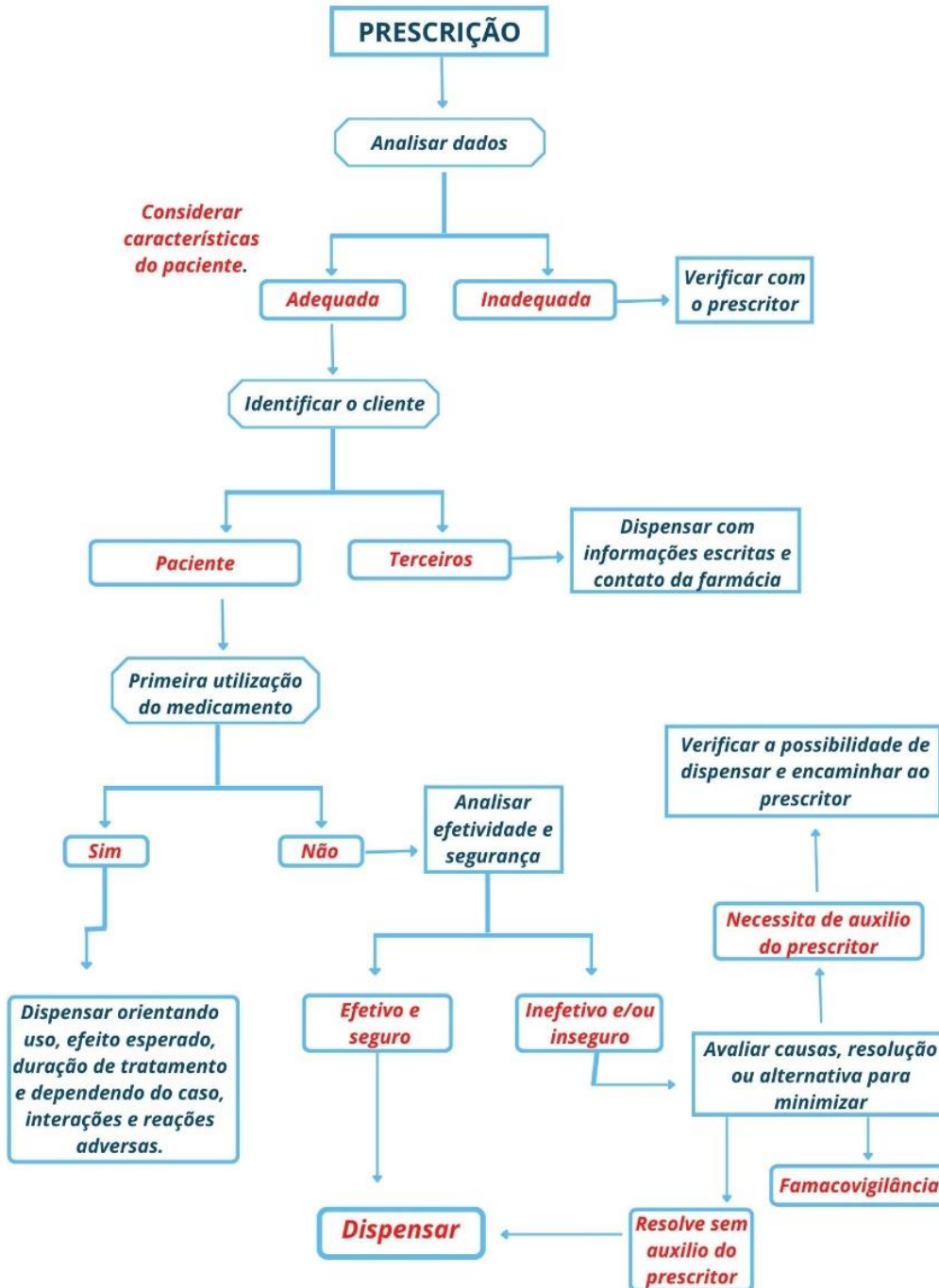


Figura 1. Fluxograma de dispensação de medicamentos. Fonte: Autor Próprio, 2022.

Os serviços farmacêuticos em farmácias comunitárias foram descritos em forma de Fluxograma como é apresentado na (Figura 2) e pretende estabelecer um processo padronizado quanto a qualidade do atendimento e uma média de tempo de atenção farmacêutica no ato dos serviços.

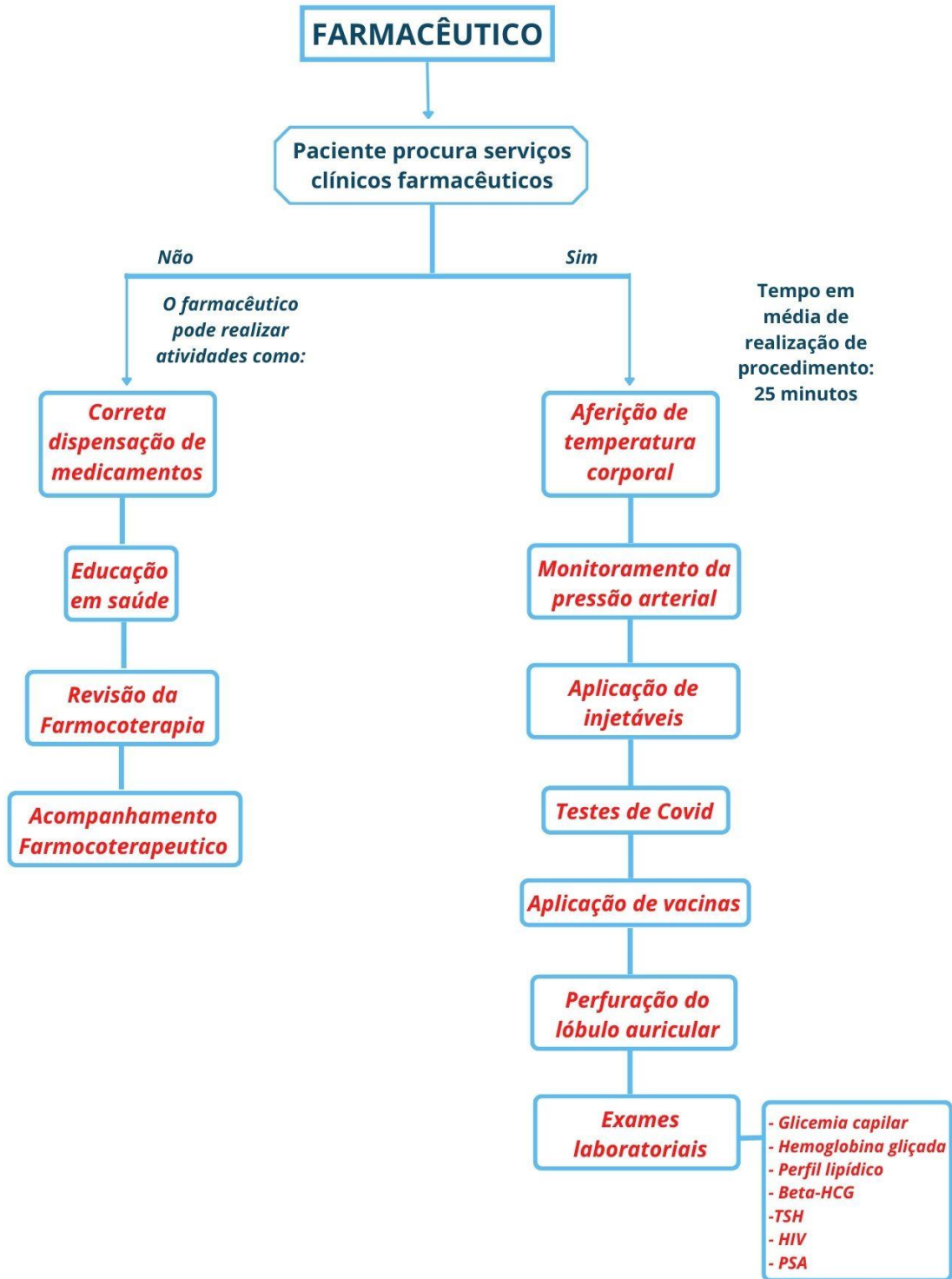


Figura 2. Fluxograma de serviços clínicos farmacêuticos. Fonte: Autor Próprio, 2022.

DISCUSSÃO

Segundo França et al. (2020). No Brasil, é comum que os profissionais do ramo farmacêutico atuem em várias funções dentro das farmácias comunitárias. Dessa maneira, uma das atividades principais como a dispensação farmacêutica, não é totalmente eficaz, tendo outros serviços que necessitam da atenção do farmacêutico. Por essa razão foi desenvolvido dois fluxogramas com um foco de padronizar o modo de dispensação e calcular o tempo médio de atenção em serviços clínicos provido por farmacêutico.

Estudos desenvolvidos por Dominicci et al. (2022). destacar que a falta de orientação na retirada do medicamento na farmácia parece não ser um problema apenas no Brasil se considerarmos que de acordo com a OMS, 50% da população de países desenvolvidos utiliza o medicamento de forma errada. Dessa forma, o atual estudo reforça a importância do correto modo de atenção no ato da dispensação de medicamentos aliado ao acompanhamento do farmacêutico.

De acordo com Castro & Andrade (2021), destacaram que para pacientes idosos com dificuldade de entendimento do receituário médico com vários medicamentos, o farmacêutico pode ajudar a simplificar o modo de uso, a duração de uso e outras dúvidas mais, de uma maneira que fique clara para o idoso. Desse modo é de fundamental importância um procedimento de atenção totalmente focada no melhor modo de dispensação de medicamentos e tirar todas as dúvidas que o paciente ainda tenha até o próximo encontro com o médico.


Portanto o farmacêutico tem um papel importante junto à construção de um novo modelo de atenção à saúde, onde ele possa estar inserido como profissional do medicamento, agindo como referência na orientação, acompanhamento, monitoramento da terapia farmacológica e principalmente na correta dispensação de medicamentos. Porém, algumas deficiências precisam ser corrigidas, por exemplo, em relação ao tempo disponíveis para a realização das atividades farmacêuticas em drogarias e para a atenção a cada dispensação e aos clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angonesi, D.; & Rennó, M. U.P. (2011). Dispensação Farmacêutica: Proposta de um Modelo para a Prática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(9), 3883-3891.
- Bastos, C. R. G.; & Caetano, R. (2010). As percepções dos farmacêuticos sobre seu trabalho nas farmácias comunitárias em uma região do estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 3), 3541-3550.
- Castro, L. F.; & Andrade, L. G. (2021). A importância da atenção farmacêutica em drogaria comunitária: voltada aos idosos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(10).
- Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (2017). *Manual de Orientação ao Farmacêutico: Aspectos Legais da Dispensação*. CRF-SP, 64 p.; 22,5 CM. ISBN 978-85-9533-000-9.

- Correr, C. J.; Pontarolo, R.; & Ribeiro, A. S. C. (2013). *A farmácia comunitária no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Da Silva, M. A.; & Drulis, R. (2020). A Importância Do Farmacêutico em Drogarias e a Atenção à Dispensação de Medicamentos. *Revista Educação em Foco*, 1.
- De Oliveira, J. C.; Otenio, J. K.; Miranda, N.; & Hoscheid, J. (2020). Levantamento dos serviços farmacêuticos ofertados pelas farmácias e drogarias do Município de Toledo, Estado do Paraná, Brasil. *Research Society and Development*, 9(9), e983998116.
- Dominicci, A. P. A., De Lima, G. L., Baldoni, A. O., Figueredo, S. A., Vieira, L. B., Marques, L. A. M., Nogueira, D. A., & Reis, T. M. (2022). Dispensação de medicamentos: conhecimento dos pacientes/cuidadores e perfil dos responsáveis pelo serviço. *Research Society and Development*, 11(3), e53411326782.
- Dos Santos, D. S.; & Morais, Y. J. M. O (2021). Farmacêutico Clínico na Farmácia Comunitária Privada: Revisão Integrativa. *Research Society and Development*, 10(13), e558101321515.
- França, C., & Andrade, L. G. (2021). Performance of the Pharmacist in health care in community. *Pharmacies*, 7(9), 10-20.
- Prado, N. M. B. L.; Carvalho, V. N.; Nunes, F. G.; Jesus, N. N.; Santos, H. L. P. C.; Santos, A. M. (2021). Análise da produção científica sobre os serviços farmacêuticos comunitários no enfrentamento da pandemia pelo coronavírus. *Saúde Debate*, 45(129), 533-547.
- Ramalho, P. T., & Baiense, A. S. R. (2022). Atuação Farmacêutica nas Drogarias. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(4).
- Silva, A. C., Souza, M. B. B., Oliveira, G. M., Silva, J. G. M., & Da Silva, G. R. (2021). Assistência farmacêutica em drogarias: importância, desafios e impedimentos. *Revista ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(12).

Estudios jurídicos del Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano: A propósito de las nuevas funciones de los operadores del Derecho

Recibida em: 03/08/2022
 Aprobado em: 05/08/2022
 10.46420/9786581460570cap6

Henry Alexander Centellas Soto^{1*} 

INTRODUCCIÓN

En el rubro de las ciencias penales, se tiene la intervención del Derecho Penal, como la del Derecho Procesal Penal, entendiéndose al Derecho Penal: Como aquel cuerpo normativo sancionador, en donde se encuentran las conductas prohibitivas, mientras que el Derecho Procesal Penal: Constituye el medio para reprimir las conductas antijurídicas, a través de sus procedimientos que regula (Villavicencio, 2007). El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, se caracteriza por ser célere, transparente, y sobre todo público, en comparación a lo que ocurría con el derogado Código de Procedimientos Penales del mencionado país, en donde no existía la figura de la celeridad, transparencia, ni mucho menos el principio de publicidad, en vista que un solo sujeto, conocido como Juez, era quien se encargaba de llevar adelante el Proceso Penal, hasta el extremo de no tomar en cuenta la intervención de la propia Fiscalía, lo que actualmente ya no ocurre así, existiendo excepciones, en donde sigue vigente la aplicación del derogado Código de Procedimientos Penales, (ello por la comisión de hechos delictivos, cuando se encontraba activo dicho cuerpo normativo del Código de Procedimientos Penales, conllevando a su uso obligatorio).

En el Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, se tiene el principio de separación de funciones, aspecto elemental en la tramitación del Proceso Penal, en vista que ya no existe la concentración del poder jurisdiccional por parte del Juez, aspecto que ha traído grandes ventajas al titular de la acción penal, en vista que ellos son quienes dirigen su investigación acorde a su estrategia que tienen, respecto a la persecución del Delito, llegando a construir de esta manera su teoría del caso de forma libre, pero siempre, que se enmarque dentro de los márgenes de la Ley.

El Derecho Procesal en general, constituye el conjunto de normas jurídicas, que se encarga de regular la actividad jurisdiccional del Estado, comprendiendo las actuaciones de los sujetos procesales y

¹ Actualmente se desempeña en el ejercicio independiente de la defensa técnica, mediante la abogacía, en el ESTUDIO JURÍDICO: “CENTELLAS – SOTO”, siendo jefe y fundador del mismo, ubicado en el Distrito de Puno, Provincia de Puno y Departamento de Puno, el mismo que pertenece al país de Perú.

* Autor correspondiente: henry_centellas_20@hotmail.com

la conducta de los Jueces, sin dejar de lado el buen comportamiento, que deben de mostrar los órganos de auxilio judicial, para que de esa forma se tenga un auténtico Proceso Penal (Castro, 2014).

Por otro lado, el Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, regula la figura jurídica de la instrumentalidad, que se caracteriza por la aplicación de la conocida prisión preventiva, con la finalidad de mantener la presencia del imputado, durante todo el Proceso Penal, hasta lograr la expedición de la sentencia, pero bajo ninguna manera, se tiene que considerarla como una sentencia anticipada, en vista que ello, afecta el principio de inocencia.

La aplicación de esta instrumentalidad, denominada prisión preventiva, no debe de utilizarse de forma abusiva, ni mucho menos ser considerada como un arma elemental del Ministerio Público, en vista que ello, afecta de forma tajante el principio de inocencia, ya que ninguna persona, puede ser sometido a medidas abusivas y desiguales, con la única finalidad de que llegue a confesar un Delito, que nunca desplegó, todo por la presión que el Ministerio Público hace, ya que ninguna persona, le gustaría pasar un día dentro de un establecimiento penitenciario.

Un sujeto de Derecho, que se encuentre privado de su libertad, producto de la instrumentalidad, se verá seriamente afectado, sobre todo en el aspecto personal, familiar y laboral, frente a otro, quien se encuentra en libertad, bajo las llamadas reglas de comparecencia, constituyendo esta última, una garantía constitucional, para llevar adelante su Proceso Penal en libertad, además no tendrá ningún tipo de problema, respecto a su ámbito social, familiar y laboral, hasta la expedición de la sentencia, sea absolutoria o condenatoria, acorde a los medios de prueba que se incorporaron y actuaron durante todo el Proceso Penal.

El Representante del Ministerio Público (entiéndase como Fiscal), cuando tenga un hecho que investigar, que involucre la participación de especialistas en la materia, necesariamente, tendrá que remitir los actuados a un laboratorio de criminalística, constituyendo un gran apoyo, para la persecución del Delito, ya que tienen por función estudiar todas las muestras, que se han encontrado en el lugar de los hechos, lográndose individualizar a quienes pertenecen las mismas, bajo estrictos mecanismos investigativos, llegando a sus propias conclusiones, y en lo posterior enviar sus resultados al titular de la acción penal, bajo la cadena de custodia, convocando a los sujetos Procesales, para su respectiva apertura, en vista que se debe de respetar el Debido Proceso, evitándose cometer menoscabo en los Derechos Fundamentales de la persona, todo bajo responsabilidades de todos los operadores del Derecho.

Todo material que es encontrado en un determinado lugar, es inmediatamente recogido por los peritos de criminalística, con la finalidad de ser examinados en sus laboratorios.

Los peritos de criminalística, son profesionales técnicamente preparados, en vista que sus informes periciales, constituyen la base fundamental, para llevar adelante el Proceso Penal, y en muchas ocasiones deciden la expedición del fallo, es decir la sentencia, porque los titulares de la acción Penal, lo toman en cuenta para fundamentar su acusación, y sobre todo la actuación en el juicio oral.

MATERIALES Y MÉTODOS

Enfoque de estudio

En la presente investigación, se ha utilizado el enfoque cualitativo. Respecto al fenómeno social elegido libremente por el autor, el mismo que titula: Estudios jurídicos del Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano: A propósito de las nuevas funciones de los operadores del Derecho, con la finalidad de entenderlo e interpretarlo, señalando que en este tipo de investigaciones se descarta el interés por medir variables, así como también se descarta el ámbito de probar hipótesis.

Venturo, ha afirmado que en los estudios cualitativos no se llegan a probar las hipótesis, por el contrario, se utilizan las técnicas para la recolección de los datos, tales como la evaluación de las experiencias personales, como también la revisión de documentos (Venturo, 2015).

TIPO DE INVESTIGACIÓN

En la presente investigación, se ha utilizado el tipo documental, la misma que es recomendable en este tipo de investigaciones, tal conforme afirma Vélez, que el objetivo se centra en desarrollar aquellas capacidades de nivel crítico, que poseen los investigadores, mediante el análisis y la interpretación de toda la información recolectada, con la finalidad de llegar al aporte de alternativas de solución, desde sus propios puntos de vista, llegando a mejorar las calidades de vida del ser humano (Vélez, 2001).

MÉTODOS

En la presente investigación, se ha utilizado dos métodos los cuales son:

a) Analítico: Consistente en haber analizado la normatividad vigente del Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano, en donde se tiene un gran cambio, respecto al principio de oralidad, aspecto que no se tenía regulado de forma exhaustiva en el derogado Código de Procedimientos Penales, como también, se tiene una gran novedad, centrado en el respeto irrestricto de los Derechos del imputado a lo largo del Proceso Penal.

b) Interpretativo: Referido a haber interpretado el tema, desde el punto de vista del autor, manifestando, que, en el Nuevo Modelo Procesal Penal del país peruano, ya se cuenta con la división de roles, es decir, el Fiscal: Es el encargado de la persecución Penal del Delito, mientras que el Juez: Únicamente, se centra en Juzgar al imputado.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Los resultados de la presente investigación, se han plasmado en objetivos, por tratarse de una investigación con el enfoque cualitativo, los mismos, que están debidamente explicados en el rubro de la discusión.

OBJETIVO GENERAL: DESARROLLAR LOS ESTUDIOS JURÍDICOS DEL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL PERUANO

LA REFORMA PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ

El aspecto de la reforma del Proceso Penal del país de Perú, no involucra el cambio de un Código pasado por otro Código actual, si no involucra el cambio en el aspecto de la administración de justicia, ya que para poder haber llevado a cabo ese cambio del Nuevo Modelo, se ha tenido gran participación de diferentes profesionales, dentro de ellos, se tiene Arquitectos, Psicólogos, Abogados, entre otros, quienes han visto poner en pie de marcha el plan piloto, y en lo posterior su aplicación del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú.

Todo cambio de sistema Procesal Penal, involucra la toma de nuevos modelos políticos, partiendo por la estudiar la realidad de un país, señalándose, además, que por más que la norma jurídica, contenga una buena regulación, pero que no se amolde a las formas de vivencias de los seres humanos, lamentablemente, fracasará la misma (Cafferata, 2004).

La implementación del Nuevo Código Procesal Penal del país de Perú, ha involucrado poner en pie de marcha diferentes aspectos, sobre todo el principio de adecuación a la realidad donde vivimos, es decir, la adecuación al Estado peruano, ello, en vista que el Perú, es un país muy desordenado, en donde las Leyes, son incumplidas por la mayoría de sus habitantes, a diferencia de otros países, en donde las cumplen al pie de la letra, y no existe necesidad de recurrir a Procesos judiciales.

La vigencia del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, trajo consigo una serie de problemas, respecto a su aplicación en la práctica, en vista que los Abogados, Jueces, Fiscales, se han adecuado a la escrituralidad, ya que como se sabe, dicho modelo, se caracteriza por ser eminentemente oral, sobre todo la resolución de casos, los mismos que se realizan de forma pública.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, tiene consigo la aplicación de grandes estrategias, respecto al operador jurídico que lo viene aplicando, sea en el rol de Fiscal, o en el rol de Abogado, en vista que ambos, llevan consigo su propia teoría del caso, por parte del primero para fundamentar su acusación, lográndose obtener una sentencia condenatoria, mientras que, en el segundo, busca la absolución.

El gran cambio que trajo consigo la implementación del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, es el llamado principio de gradualidad, en el aspecto de estudiar las zonas en donde debe de tener mayor impacto su uso, mientras que en otras zonas se debe de adecuarlo de forma gradual, lográndose de esa forma adquirir experiencias, sea en el éxito o en el fracaso, pero que ambos, sirven para mejorar su aplicación, como sucede actualmente.

El nuevo modelo Procesal Penal del país de Perú, no solamente trajo consigo, el cambio en el aspecto de la oralidad y contradicción, si no en el fondo se tenía el nuevo pensamiento jurídico, en su

practicidad, enfocándose en las garantías de los Derechos, frente a su uso inquisitivo, en donde no se contaban con mecanismos idóneos, que permitan la tutela de los Derechos.

En América Latina, ya se tiene en vigencia la aplicación del Nuevo Modelo Procesal Penal, siendo específicamente en los países de: Ecuador, El Salvador, Colombia, Venezuela, Bolivia, Chile, Paraguay y Guatemala, dichos países, están inmersos en los Tratados Internacionales de Derechos Humanos y Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, en vista que constituyen las pirámides básicas de todo el ordenamiento jurídico, tanto nacional como internacional, en vista que cada cambio debe de obedecer de forma indefectible a los márgenes internacionales.

De no ajustarse un cambio a los márgenes internacionales, estará sujeto a nulidades posteriores, para lo cual es el legislador, quien tiene que prever dichos aspectos elementales, evitándose cometer errores en su aplicación.

La implementación del Proceso Penal del país de Perú, ha sido de forma gradual, hasta el efecto de poder aplicarlo, sin ningún tipo de problemas e inconvenientes, sin embargo, ha existido cierta cantidad de Abogados, quienes han tenido problemas, en su aplicación, sobre todo el extremo de oralizar sus argumentos de defensa.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, busca en el fondo el respeto de los Derechos Fundamentales de la persona Humana, en vista que tiene como su pilar fundamental la Constitución, es decir, todas sus actuaciones giran alrededor de dicha *Carta Magna* en mención.

Si es que el Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, menoscaba Derechos fundamentales, las partes perjudicadas, tienen todo el Derecho de recurrir a los fueros internacionales con la finalidad de poder buscar tutela jurisdiccional, presentando todos los recursos que la Ley les facilita.

El Proceso en general, se caracteriza por su doble instancia, es decir, un Juez que se encarga de expedir la sentencia de primera instancia, sea absolutoria o condenatoria, y otro Juez superior, quien se encarga de verificar la expedición de las sentencias de primera instancia, teniendo facultades de revocarlas parcialmente o totalmente, como también confirmar en forma total o parcial, acorde a los fundamentos que en allí se expresen.

La forma de tramitar los Procesos Penales, bajo las reglas de la reserva, se eliminan con la vigencia del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, caracterizado por ser oral y público, en vista que dicho Código tiene como fuente la Constitución.

Se tiene la separación de funciones, entre el Juez y el Fiscal, el primero de ellos, es quien juzga y lleva adelante todo el Proceso Penal, mientras que el segundo se encarga de la persecución del Delito, bajo los parámetros que la Ley le concede.

Anteriormente, se contaba con la aplicación del Proceso sumario, caracterizado por el juzgamiento e investigación por el propio Juez a cargo del caso, (entiéndase, cuando se encontraba vigente del Código de Procedimientos Penales), en el contexto del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, se tiene la postulación y admisión de las pruebas en la etapa intermedia, ante un Juez de

investigación preparatoria, para que posteriormente dichas pruebas ofrecidas y admitidas, sean actuadas ante el Juez del juicio oral, bajo las técnicas de litigación Oral.

Dicho Nuevo Modelo, le resta funciones a la Policía Nacional del Perú, en el extremo de la calificación jurídica del Delito, como también en el extremo de establecer responsabilidades, en vista que está sujeto a las órdenes de la Fiscalía, surgiendo de esta forma el principio de coordinación.

El juicio oral, es la base primordial para que se discuta la libertad o responsabilidad penal del imputado, en dicho estadio Procesal, se discutirán indefectiblemente las pruebas que se actuarán, surgiendo la llamada tesis de la fiscalía frente a la tesis de la defensa, y quien logre convencer al Magistrado, será la parte ganadora, obviamente acompañado de todo el caudal probatorio que sustenten sus afirmaciones orales.

En el anterior Proceso Penal derogado (Código de Procedimientos Penales), se tiene la fuente sumaria, es decir, que prima lo escrito antes que lo oral, en cambio el Nuevo Modelo, la base fundamental es la oralidad, antes que lo escrito, siempre y cuando se actúe bajo los parámetros del Debido Proceso, dejando de lado las solicitudes incongruentes, que solamente, tienden a dilatar el Proceso Penal, buscando inducir al juzgador a expedir fallos inverosímiles.

La defensa técnica de oficio, bajo ninguna modalidad, podrá ser considerado como un funcionario público del Estado, en vista que será considerado como un Abogado defensor de los Derechos del imputado, quien vele por sus Derechos, para lo cual, tiene que estar debidamente preparado, es decir, es el Mismo Ministerio de Justicia, quienes los preparan, mediante seminarios, diplomados, charlas, entre otros eventos con carácter académico, que tengan por finalidad la capacitación de los mismos.

El Ministerio Público, tiene por función la investigación del Delito, sin embargo, se debe tener en cuenta que no todos los actos aparentemente delictivos, son materia de investigación, ello, en el sentido de apreciar que hay actos que no merecen persecución penal, resultando claros ejemplos de los Delitos de conducción en Estado de ebriedad, Delitos de omisión a la asistencia familiar, en vista que ellos, deben de ser materia de transacción, pero lo que ocurre en la práctica, es justamente que son los imputados, quienes no quieren llegar a un acuerdo, dilatando el Proceso.

El Código Procesal Penal, (entiéndase Nuevo Modelo), regula también en su contenido, los Procesos de simplificación Procesal, es decir, el principio de oportunidad, la terminación anticipada, la conclusión anticipada, como también los Procesos inmediatos, ante los cuales es el Ministerio Público, quien es el encargado de promoverlos, bajo responsabilidad, con la única finalidad de poder evitar la tramitación insulsa de los Procesos, siempre y cuando exista prueba de cargo, a efectos de que el imputado pueda aceptar la comisión de tales actos.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, busca mejorar significativamente la justicia, para lo cual se requiere mayor compromiso, respecto a sus órganos de apoyo, es decir la Fiscalía, el Poder Judicial, la Defensoría Pública, los Abogados privados, para que de esa forma, se ponga el mayor esfuerzo para que dicho modelo, sea eficiente, llegando a la tutela jurisdiccional efectiva.

La tutela jurisdiccional efectiva, es aquel Derecho público para poder acceder al sistema judicial, para que en lo posterior se obtenga una resolución amparando el Derecho, fielmente motivada, además, que en caso se expida una sentencia, amparándose en normas derogadas, como también en hechos inexistentes, se tendrá que recurrir a los órganos de control de los Jueces, bajo la figura jurídica del recurso de queja (Salas, 2011).

PAUTAS PARA QUE EL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ SEA EFICIENTE

- a) Se tiene que realizar evaluaciones constantes respecto a la forma de administrar justicia.
- b) No existe norma perfecta, en vista que todas las normas, buscan su perfección en su aplicación.
- c) Existen posiciones a favor de la aplicación del Nuevo Modelo Procesal Penal, frente posiciones que se muestran en contra, respecto a su aplicación.
- d) Se debe tener en cuenta, que el Representante del Ministerio Público, realiza su requerimiento de prisión preventiva, con la sola acta de intervención policial, acompañado de la sindicación del presunto agraviado, sin tener otros elementos periféricos, que corroboren de forma rotunda la presunta responsabilidad.
- e) En caso de que se encuentre rasgos de la comisión de un Delito, sean manchas de sangre, restos de bellos, se debe de efectuar su examen inmediatamente, por ante los laboratorios de criminalística, descartando por completo, postular un requerimiento de prisión preventiva, bajo el fundamento, de que las muestras de restos de sangre, y los bellos, no cuentan con resultados, para lo cual, se requiere que se declare fundada el requerimiento de la prisión preventiva, hasta que se obtenga los mismos, ya que el imputado puede darse a la fuga, ello de ante mano, menoscaba el principio de inocencia.

BREVE HISTORIA DEL NUEVO CÓDIGO PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ

El Nuevo Código Procesal Penal, fue promulgado mediante Decreto Legislativo N° 957, producto de varios planes pilotos, es decir, que se ha tenido que realizar las pruebas en su aplicación, siendo estas simulaciones de audiencias, para que de esa forma se apliquen en todos los Distritos Judiciales del Perú.

Como se señaló anteriormente, el Nuevo Modelo, genera un gran cambio de pensamiento, es decir, la aplicación del principio garantista, frente a la aplicación del principio inquisitivo, con la finalidad de mejorar la justicia Penal, dejando de lado, el menoscabo de los Derechos Fundamentales de la persona humana.

El Nuevo Modelo del país de Perú, ha sido revisado por una comisión, con la finalidad de lograr apreciar que sus artículos se adecuen al contexto de vivencia de las personas, logrando de esa forma una justicia imparcial.

El Perú, siempre ha copiado sus normatividades, nunca ha tenido su propia regulación, es decir, ha tenido que recopilar de diferentes normatividades, con la finalidad de consignarlos como propias e inéditas, pero ello, no ocurre de esa forma, en vista que tales normas copiadas, no se ajustan a la regulación del Perú.

La dinámica del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, se refiere a su eficiencia, es decir, que se aplique sin cometer errores, ni mucho menos que todos sus artículos, regulados, no colisionen con los Derechos Fundamentales de la persona Humana.

El Nuevo Modelo del país de Perú, en el fondo no tiene deficiencias, en vista que las deficiencias, son generadas por los propios operadores del Derecho, por ejemplo, se tiene la gran dejadez de los Abogados sean públicos o privados, con la finalidad de poder reconstruir los hechos, como también realizar constataciones en el lugar de los hechos, generándose de esta forma un quebrantamiento en la forma de llevar adelante los Procesos Penales, lo cual no debe de ser así.

El Nuevo Modelo Procesal el país de Perú, es oral, y sobre todo célere, sin embargo, se tiene una gran desventaja, respecto a contar con laboratorios de criminalística, que permitan obtener los resultados en tiempo célere, siendo una gran preocupación, (entiéndase, que cada Fiscalía, debe de contar sus propios laboratorios de criminalística, para poder analizar los cuerpos del Delito, de forma célere).

Como se tiene pleno conocimiento, respecto a la tramitación de los Procesos Penales, estos vienen a ser públicos, por ende, es la misma población, quien será el jurado calificador, respecto a la tramitación de los mismos, sobre todo a la forma de actuar de los Fiscales, como de los Jueces, ya que cualquiera puede escucharlas, sin ningún tipo de restricción alguna.

CARACTERÍSTICAS DEL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país es Perú es garantista, donde el Juez cumple un mayor dinamismo, que, en el anterior modelo arbitrario derogado del año de 1940, conocido comúnmente como Código de Procedimientos Penales, el cual es cautelar los Derechos Fundamentales de aquella persona, que viene siendo investigada por la supuesta comisión de un hecho punible, por ende, el Juez tiene un oficio muy alto y una dignidad más imponente. Esta colocado, en el aula, sobre la cátedra; y merece esta superioridad, sin ningún tipo de excepción alguna (Carnelutti, 1989).

Por ende, se tiene principalmente, las siguientes características:

a) Se tiene claramente delimitado las funciones de la Policía Nacional del Perú, el Ministerio Público, los Abogados de la defensa pública, los Abogados de la defensa privada, a diferencia de lo que ocurría con el Código de Procedimientos Penales, en donde era el mismo Magistrado, quien se encargaba de poder investigar y juzgar.

b) Se tiene regulado el plazo de investigación en sede preliminar, tanto en casos simples, como en complejos, cuya duración es de 20 días hasta 120 días según la Casación N° 02-2008 La Libertad. La investigación preparatoria a cargo del responsable que es el Fiscal tiene una duración de 120 días más una

prórroga de 60 días. Las investigaciones complejas tienen una duración de 8 meses más una prórroga de 8 meses. Teniendo una gran diferencia con el Código de Procedimientos Penales, en donde no existía plazo de investigación, es más, se vulneraban todos los Derechos del imputado, observándose la interposición de diferentes acciones constitucionales, sobre todo el hábeas corpus.

c) El Nuevo Modelo, regula la figura jurídica de la tutela de Derechos, mecanismo que es utilizado, cuando se vulneran los Derechos fundamentales del imputado, reconocidos en la Constitución, y en demás Leyes conexas.

d) Se tiene claramente delimitada las funciones del Fiscal y del Juez, como se señaló anteriormente, sobre todo que el anterior Código de Procedimientos Penales, regulaba la fase instructiva, o también llamada sumaria, en donde el mismo Juez era el quien investigaba y sentenciaba.

e) Todos los actos de investigación, que despliega el Fiscal, constituyen elementos para el juicio oral, admitiéndose las pruebas en la etapa intermedia, y actuadas con las técnicas que regula la Ley en el juicio oral.

f) La Policía Nacional del Perú debe obediencia al Ministerio Público, bajo ninguna manera podrá darse la atribución de calificar el Delito, bajo responsabilidad, en caso de hacerlo.

g) El juicio oral se convierte en la principal arma de todo el Proceso Penal, en vista que es la etapa, en donde se actúan todas las pruebas admitidas en la etapa intermedia, adquiriendo la mayor fuerza, respecto a la decisión que tomará el Magistrado, sea expidiendo una sentencia condenatoria o absolutoria, de acuerdo a las tesis, de la defensa frente a la tesis de la Fiscalía.

h) El Nuevo Modelo Procesal Penal, regula la figura de la prisión preventiva, la misma que se convierte en una suerte de arma de la Fiscalía, con la finalidad de mantener privada de la libertad a una persona, hasta que dure todo el Proceso Penal, cumpliendo sus requisitos que regula la Ley, con la finalidad de evitar menoscabo de los Derechos del imputado.

Dichos requerimientos de prisión preventiva que realiza el Fiscal, en muchas ocasiones menoscaban los Derechos Fundamentales de la persona, por ende, es muy importante, que cada Fiscalía del país de Perú, cuente con sus propios laboratorios, con el objetivo de examinar las muestras que se relacionen con el acto delictual, en el tiempo más célere, descartando por completo, de que se envíen dichas muestras recolectadas a la capital del país de Perú, conocido como la ciudad de Lima, por lo tanto, resulta sumamente necesario, que los Presidentes de las Fiscalías, a cargo de sus Distritos Judiciales, efectúen sus respectivos trámites administrativos, para que sus Fiscalías, que se encuentran a su cargo, cuenten con sus laboratorios propios.

REGULACIÓN DEL PROCESO PENAL SEGÚN LA CONSTITUCIÓN DEL PAÍS DE PERÚ

La Constitución del año 1993 (actual del país de Perú), regula internamente las actuaciones del Nuevo Modelo Procesal Penal, en el extremo de hacer respetar los Derechos Fundamentales de la persona humana, sobresaliendo la igualdad ante la Ley, como también el principio de inocencia.

Todos los Derechos fundamentales de la persona humana, se encuentran, debidamente regulados en la Constitución Política del Perú, como también en los tratados internacionales de los que el Perú es parte, pero ya con rango internacional, conocidos como Derechos Humanos.

La investigación, la conduce la Fiscalía, con apoyo de la Policía, salvo en casos excepcionales donde no tienen ningún tipo de injerencia, es decir, en la jurisdicción comunal.

El juicio oral, se llevará a cabo bajo las reglas que regula el Código Procesal Penal del país de Perú, enmarcados dentro del respeto de los Derechos del imputado, en igualdad de condiciones, y sobre todo con la presencia de la defensa técnica, sea pública o privada.

Por regla, se tiene claramente establecido que todo tipo de resolución judicial, es materia de apelación, y si en caso se denegare el recurso de apelación, se interpondrá la queja de Derecho, quedando también la figura jurídica de la casación, en caso de no obtener una resolución favorable en primera y segunda instancia.

OBJETIVO ESPECÍFICO: DETALLAR LOS PRINCIPALES CAMBIOS QUE REGULA EL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL PERUANO

ADOPCIÓN DE UN NUEVO MODELO PROCESAL ACUSATORIO ADVERSATIVO

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, ha sido producto de decisiones políticas, enmarcados dentro de la democracia, descartando por completo la intervención de gobiernos autoritarios, en donde no existe ninguna clase de políticas, a efecto de poder establecer normas que regulen el comportamiento de las personas.

Se señala que no existen modelos Procesales Penales puros, por el contrario, existen recopilaciones. Teniendo un claro ejemplo sobre su codificación de Alemania, Italia y Portugal, en donde se han establecido técnicas adversariales, y en Estados Unidos y Puerto Rico, donde se tiene la regulación de enfrentamientos al modelo adversarial, es decir que se le confiere al Magistrado, funciones de investigador y juzgador, conocido comúnmente como modelo mixto.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, ha tenido su auge respecto a la actuación de pruebas en el juicio oral, mediante las técnicas que regula la Ley, sobre todo el interrogatorio de los órganos de prueba, estando dentro de ellos, los peritos, los testigos, el agraviado y el propio imputado, con la finalidad de tener mejor el panorama hacia el juzgador, quien, expedirá su fallo de acuerdo a lo debatido y escuchado Cafferata (2000).

Desde la vigencia del Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, se ha tenido la tramitación de los Procesos Judiciales de forma célere, sin embargo, cabe resaltar que los actos que despliega la Policía Nacional del Perú y el Ministerio Público carece de jurisdiccionalidad, es decir, solo tienen cosa decidida y no cosa juzgada, en vista que la función jurisdiccional, está delimitada exclusivamente al Poder Judicial, debidamente representado por sus Magistrados.

Le corresponde al Ministerio Público dirigir la investigación preparatoria, desde su inicio hasta su culminación, debiendo comunicar al Juez de investigación preparatoria, mientras que al Juez de investigación preparatoria le corresponde conocer el saneamiento del Proceso, es decir, resolver toda clase de incertidumbres, antes que pueda pasar al juicio oral, finalmente el Magistrado sea unipersonal o colegiado, le corresponde llevar adelante el Proceso Penal, mediante el juicio oral, acorde a las reglas de Nuevo Modelo Procesal Penal.

Es relevante mencionar que los actos que despliega el Ministerio Público, solamente constituyen actos preparatorios para el juicio oral, en vista que es en dicha etapa Procesal del juicio oral, en donde se actuaran todas las pruebas, que han sido admitidas en la etapa intermedia.

La persecución Penal, por parte del Fiscal, involucra el respeto de la dignidad humana, sea durante la investigación preliminar, el control de acusación, como también el mismo juicio oral, hasta la sanción Penal, en caso de que no se respete en lo más mínimo los Derechos Fundamentales, se tendrá que poner en conocimiento de tales hechos a su órgano de control interno, para que en lo posterior se emita las medidas correctivas, sin perjuicio de otras responsabilidades que amerite el caso (Gamio, 2008).

En el juicio oral, como última etapa del Proceso Penal, se decide la culpabilidad o inocencia del imputado.

VENTAJAS DE LA APLICACIÓN DEL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ DE CORTE ADVERSARIAL

Como se ha señalado anteriormente, existe una gran confrontación entre la Fiscalía, con los Abogados defensores, siendo ambos adversarios, y donde el Juez, como personaje neutro, es quien resuelve los incidentes, por ende, cabe manifestar las ventajas de su aplicación, siendo:

a) La actividad probatoria corresponde a las partes, salvo la prueba de oficio, que debe de ser actuada por el Juez, según corresponda.

b) La admisión de los medios de prueba está a cargo de un Juez distinto al Juez de juicio oral.

c) El acto de interrogar a las partes, tanto al agraviado, al imputado, como a los peritos, corresponde a los profesionales del debate, descartando la intervención del Juez, en vista que este solamente se convierte en un moderador.

d) Se tiene la regla de interrogar a los órganos de prueba, mediante el interrogatorio y el contrainterrogatorio, y el Juez facilita el redirecto y el recontrainterrogatorio.

e) Los sujetos del Proceso, controlan todo el juicio oral, mediante la figura de la objeción, a efectos de defender sus teorías del caso.

f) El imputado, si lo ve por conveniente no puede declarar.

g) Se forma un cuaderno especialmente para remitir los actuados a la etapa del Juicio oral, denominado cuaderno de debate.

h) Se regula la figura de la conformidad, respecto a la pena, dejando a salvo el Derecho de las partes, a efectos de discutir el extremo de la reparación civil, acorde a sus intereses.

EQUILIBRIO DE LA APLICACIÓN DEL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ

El legislador del Nuevo Modelo Procesal Penal a buscado la equivalencia, es decir que no exista desequilibrio en su aplicación, pero en la práctica, ello no se cumple de esa forma, ya que el agraviado tiene menos Derechos frente al imputado, y en determinados sectores es el agraviado, que tiene mayores Derechos frente al imputado.

Un Código que solamente, regule normas represivas, no debe de ser considerado como tal, en vista que los propios ciudadanos de a pie, son los que tienen que hacer llegar sus propuestas al Estado, a efectos de que los legisladores, tomen cartas en el asunto, creando nuevas figuras jurídicas, o como derogar algunas normas, que atenten contra sus Derechos, es decir, que no se adecúen a la forma de convivencia.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, es garantista, es decir que protege por igual los Derechos de los sujetos, estando inmersos el agraviado y el imputado, aclarando que cualquier restricción o amparo de un Derecho, tiene que ser por orden judicial, garantizándose el Derecho de defensa.

El Derecho de defensa, constituye aquella garantía judicial y extrajudicial, que se relaciona al Debido Proceso, es decir, la garantía judicial: Se refiere a la defensa de la persona, cuando se me inmerso dentro de un Proceso, mientras que la garantía extrajudicial: Tiene su razón de ser, en las investigaciones a nivel policial, que aún no se encuentren judicializadas, ambos rubros, involucra el Derecho de defensa (Luján, 2013).

El Nuevo Modelo del país de Perú, tiene su sustento también en el Derecho de defensa, es decir, que el Derecho de defensa ha adquirido rango constitucional, tanto a nivel nacional como a nivel internacional, por ende, todos los Códigos, que regulen restricciones o beneficios de Derechos, tienen que preferir el Derecho de defensa, como componente más importante del Nuevo Modelo.

Para que la Policía Nacional del Perú, pueda restringir un Derecho, tiene que contar con autorización judicial, salvo en los casos en donde exista flagrancia delictiva, en donde se privará de la libertad al intervenido, poniéndolo a disposición de la Fiscalía.

El Juez, tiene que cumplir la noble función, que se respeten todos los Derechos del imputado, durante la tramitación del Proceso Penal, resolviendo todos los pedidos de la defensa, es decir, las acciones de tutela de Derechos, que se interpongan en el tiempo más oportuno, bajo responsabilidades en caso de dilaciones innecesarias.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, dota y otorga ciertos beneficios a la Policía Nacional del Perú, con la finalidad de que pueda desplegar ciertas diligencias urgentes, sin autorización judicial, tales como el control de identidad, la video vigilancia, entre otras, a efectos de poder coadyuvar en el trámite del Proceso Penal.

Cuando se está investigando Delitos sumamente complejos, tales como la organización criminal, la Policía Nacional del Perú, tiene consigo facultades elementales, tales como el agente encubierto, la entrega vigilada de bienes, entre otros, con el propósito de coadyuvar en el esclarecimiento de los hechos, bajo conducción de la Fiscalía.

RAZONABILIDAD SIMPLIFICADORA DEL PROCESO PENAL DEL PAÍS DE PERÚ

Gracias a la modernidad, se ha tenido la presentación de casos de forma desmedida, en vista que a ninguna persona se le puede restringir el acceso a la justicia, a efectos de encontrar tutela jurisdiccional efectiva, sin embargo, el Nuevo Modelo, trajo consigo una serie de mecanismos de simplificación procesal, conocidos como el principio de oportunidad, terminación anticipada, y demás figuras.

Se permite la negociación entre el agraviado y el imputado, en el aspecto de poder llegar a un acuerdo sobre la reparación civil, diligencia que tiene la denominación de acuerdo reparatorio, bajo ningún caso se puede negociar el Delito, ya que el encargado de poder calificar la figura o archivarlo, es el Fiscal, ello, por mandato Constitucional, que la propia Constitución le otorgó, como también su Ley Orgánica.

Se tiene la figura de la conformidad, mediante el cual el imputado acepta en su totalidad los hechos, materia de investigación, previo a una negociación entre el agraviado y el imputado, con la finalidad de culminar un Proceso Penal, de la mejor forma, buscando el respeto mutuo entre todas las partes implicadas, sin deseos de continuar el mismo.

ACTUACIÓN DE LOS NUEVOS ÓRGANOS JURISDICCIONALES

El nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, ha involucrado la reestructuración de los órganos jurisdiccionales, cumpliendo determinadas funciones, los mismos que son:

a) Sala Penal de la Corte Suprema

La Sala Penal de la Corte Suprema, es la encargada de conocer todos los recursos extraordinarios en materia de casación, contra las resoluciones expedidas en segunda instancia, como también del recurso de queja por denegatoria de apelación, también conocen los recursos de revisión, estando delimitadas sus funciones de forma clara en la norma Procesal.

b) Salas Penales Superiores

El órgano de la Sala Penal Superior, tiene competencia exclusiva en las apelaciones que se presenten, tanto en la tramitación de los Juzgados de investigación preparatoria, como de los Juzgados Unipersonales y Colegiados, debiendo estos resolverlos acorde a Ley.

c) Juzgados Penales Unipersonales y Colegiados

Los Juzgados Unipersonales tienen competencia para conocer los Procesos que no sobrepasen los 6 años, dejando el conocimiento los Procesos Judiciales que pasen los 6 años a los Juzgados Colegiados, integrado por tres Jueces.

d) Juzgados de la Investigación Preparatoria

Los Juzgados de Investigación Preparatoria, conocen todos los Procesos Judiciales, respecto a las medidas restrictivas de libertad, actuaciones de prueba anticipada, entre otras atribuciones que la Ley les concede, con la finalidad de controlar la acusación, resolviendo el sobreseimiento, para que posteriormente examine si derivara los actuados al Juzgado Colegiado o Unipersonal según corresponda.

e) Juzgados de Paz Letrados

Los Juzgados de Paz Letrado, se avocan exclusivamente a los Procesos Judiciales por faltas contra la persona, los mismos que se rigen por las mismas reglas que el Proceso Penal común.

f) Estructura del Proceso Penal común

El Nuevo Modelo Procesal, regula tres etapas, la investigación preliminar, también conocida como investigación preparatoria, la etapa intermedia y la etapa del juicio oral, en todas esas etapas se tiene el principio de preclusión, es decir, que las mismas tienen un tiempo que regula la Ley, para poder practicarlas, fuera del plazo, no surtirá efectos jurídicos, beneficiándose de ello, los implicados en el Proceso Penal.

Todas las facultades que les otorga tanto al Fiscal, como al Juez, se encuentran fielmente detalladas en el Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, debiéndolas cumplirlas al pie de la letra, en caso de que cometan abusos en su aplicación, los perjudicados, están expeditos para poder presentar su queja, por ante sus órganos de control, para que de esa forma, se lleve adelante el Proceso Penal, con las garantías Procesales que el caso amerite, sin extralimitarse de sus funciones.

OBJETIVO ESPECÍFICO: DISTINGUIR LAS NUEVAS FUNCIONES DE LOS OPERADORES DEL DERECHO EN EL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL PERUANO

FUNCIONES DE LOS OPERADORES DEL DERECHO EN EL NUEVO MODELO PROCESAL PENAL DEL PAÍS DE PERÚ

Todo cambio de paradigma, incumbe, necesariamente un trabajo diferente, al que se venía prestando con anterioridad, por ende, los operadores del Derecho, deben de amoldarse a las nuevas formas de laborar, gracias a la aplicación del modelo garantista, siendo:

A) Funciones del Ministerio Público

El Ministerio Público con el apoyo de la Policía Nacional del Perú, cumplen la función indispensable de conducir el Delito, recolectando todos los elementos de convicción, con la finalidad de sustentar su acusación, y en lo posterior pasar al debate del juicio oral, buscando la condena y por otro lado buscando la absolucón.

La función más importante del Ministerio Público (entiéndase como Fiscal), no es la titularidad de la acción Penal, sino, que tiene consigo la carga de la prueba, es decir, recolectar todos los elementos de convicción que permitan, fundamentar su acusación, con el apoyo de la policía Nacional del Perú, actuando con veracidad, legalidad y sobre todo transparencia en todos sus actos encomendados, bajo responsabilidades de índole funcional, en caso de incumplirlas (Cascini, 1989).

De forma concreta, el Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, regula ciertas cualidades, que tiene el Fiscal, plasmado en sus atribuciones y deberes, en vista que tiene la carga de la prueba, sobre todo el de representar a la sociedad en durante todo el Proceso, alegando sus Derechos que la Ley les concede, lográndose actuar en juicio oral, siendo las mismas: **a)** Se encarga de dirigir la investigación preparatoria desde su inicio, **b)** Realiza la acción pública, **c)** Se encarga de la reparación civil, **d)** Ejerce su carga con independencia, **e)** La carga de la prueba es su rol fundamental., **f)** Actúa bajo objetividad, **g)** Controla los actos de investigación de parte de la Policía Nacional del Perú, **h)** Requiere el pronunciamiento del Juez, a efectos de amparar sus solicitudes, **i)** Tiene la potestad de aplicar el principio de oportunidad, **j)** Se encarga de proponer acuerdos reparatorios, **k)** Realiza la formalización de la investigación preparatoria, **l)** Comunica la continuación de investigación preparatoria al Juez, **m)** Se encarga de investigar el Delito, bajo su estrategia, **n)** Ordena actividades de investigación, **o)** Se encarga de interponer los recursos que la Ley les otorga, **p)** Sus disposiciones tienen que ser motivadas, **q)** Se debe respetar los Derechos del imputado, **r)** Sus diligencias tienen que actuarse bajo la legalidad, **s)** Se encarga de la disposición por la fuerza pública, respecto a la declaración de testigos, **t)** Archiva sus disposiciones preliminares, como actos preparatorios, **u)** Puede solicitar la actuación de la prueba anticipada, **w)** Se encarga de custodiar los indicios encontrados en el lugar del hecho, bajo la colaboración de la Policía Nacional del Perú.

B) Funciones del Juez

El Juez, cumple la función de ser garante, es decir, resuelve todos los requerimientos realizados por el Fiscal, acorde, a sus facultades reguladas en el Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú.

El Nuevo Modelo Procesal Penal del país de Perú, trajo consigo la separación de funciones, en donde ya no existe la concentración del poder punitivo, si no se enfoca en contar con un tercero imparcial, es decir, el Juez, quien solamente se avocará al juzgamiento, de acuerdo a lo que el Fiscal acuse.

El principio de imparcialidad, se refiere a la identidad del Juez, es decir, el Juez es el Juez, por ende, entre las partes, no media ningún tipo de relación, constituyendo un tercio excluido, descartando actos de favorecimiento, como también debe de mostrar una conducta intachable, enmarcado dentro de los cánones de la ética y moral, que debe tener todo servidor de la justicia, bajo responsabilidad funcional (Mixán, 1990).

Por otro lado, se le confiere al Juez de investigación preparatoria, ciertas funciones, sobre todo el de ser garante, sin que se cometa ningún tipo de requerimientos abusivos, siendo las mismas: **a)** Controla la constitución de las partes, **b)** Se pronuncia sobre las medidas limitativas de Derechos, **c)** Resuelve todo tipo de excepciones que regula la norma, **d)** Se encargan de resolver la prueba anticipada, **e)** Se encarga de realizar el cumplimiento estricto de los plazos Procesales, pero a petición de los sujetos Procesales, sobre todo por parte del imputado, quien tiene el mayor interés, en que su caso se archive.

C) Funciones de la Policía Nacional del país de Perú

Las funciones de la Policía Nacional del Perú, son sumamente complejas en el sentido de colisionar con los mandatos que realiza el Ministerio Público, en vista, que no logran tener bien claro, cuáles son sus funciones, por lo tanto la Policía Nacional del Perú, tiene que tener claramente delimitada sus funciones, siendo estas: **a)** Las actividades practicadas por el Fiscal, no tienen carácter jurisdiccional, por lo tanto, pueden ser practicadas de forma reiterativa, es decir, que puede realizarse una declaración por más de dos veces, como también las actividades que despliega la propia Policía Nacional del Perú, **b)** Todos los actos de investigación, son controlados fielmente por el Fiscal, **c)** Es un órgano de apoyo del Fiscal, respecto a la investigación, **d)** Todos los actos de investigación, que realice por cuenta propia, deben de ser comunicados al Fiscal, **e)** Realiza investigaciones privadas, por orden judicial, **f)** Toda investigación, es sumamente crucial pal Proceso Penal, **g)** El Fiscal conduce la investigación, **h)** Respetar los Derechos del imputado, **i)** Debe de instruir de sus Derechos al imputado, **j)** Debe de brindar información al imputado y a su Abogado, respecto al estado en el que se encuentra.

CONCLUSIONES

Se ha cumplido con desarrollar los estudios jurídicos del Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano, resaltando que prima la oralidad antes que el documento escrito.

Se ha cumplido con detallar los principales cambios que regula el Nuevo Modelo Procesal Peruano, siendo uno de los más importantes, garantizar el Derecho de defensa del imputado, en cualquier estado del Proceso Penal.

Se ha cumplido con distinguir las nuevas funciones de los operadores del Derecho en el Nuevo Modelo Procesal Penal Peruano, en donde el Fiscal: Dirige su propia investigación, acorde a su teoría del caso, bajo responsabilidad funcional, y el Juez: Dirige el Juicio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cafferata, J. (2000). El Proceso Penal y la prueba. Editorial Desalma – Cuarta edición. Buenos Aires – Argentina.
- Cafferata, N. (2004). Manual de Derecho Procesal Penal (2da edición). Editorial Ciencia, Derecho y Sociedad UNC. Córdoba – Argentina.
- Cascini, F. (1989). Pasión y muerte del Código Procesal Penal del país de Italia. Editorial Einaudi. Sicilia-Italia.
- Carnelutti, F. (1989). Las miserias del Proceso Penal. Editorial Temis. Bogotá – Colombia.
- Castro, C. (2014). Derecho Procesal Penal. Tercera edición. Editorial Grijley. Lima – Perú.
- Gamio, C. (2008). El Debido Proceso con el Código Procesal Penal del 2004. Editorial Rasche. Moquegua – Perú.
- Luján, M. (2013). Diccionario Penal y Procesal Penal. Editorial Gaceta Jurídica S.A. Lima – Perú.
- Mixán, F. (1990). Derecho Procesal Penal. Tomo I. Segunda edición. Editorial Marsol. Trujillo – Perú.
- Salas, C. (2011). El Proceso Penal común. Editorial Gaceta Jurídica S.A. Lima – Perú.
- Venturo, E. (2015). Guía de Tesis en Postgrado. Escuela de Postgrado UCV. Lima - Perú.
- Vélez, C. (2001). La metodología de la investigación mediante un apunte. Editorial Universidad EAFIT. Medellín Antioquía - Colombia.
- Villavicencio, F. (2007). Derecho Penal parte general. Segunda reimpresión. Editorial Grijley. Lima - Perú.

Índice Remissivo

C

COVID-19, 40, 41, 42, 44, 45, 49

D

delírios religiosos, 31, 32, 35, 36, 37, 38

Derecho de defensa, 73, 78

dispensação, 52

F

farmacêutico, 49, 57

Freud, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38

J

judaico-cristão, 16, 17, 22, 26

Juez, 62, 64, 66, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78

Juzgados, 75

M

Ministerio Público, 63, 67, 68, 69, 70, 72, 76, 77

N

Nuevo Modelo Procesal Penal, 62, 63, 64, 65,
66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77,
78

P

patriarcado, 16, 21, 22, 23, 26, 28

projeção, 32, 36, 37, 38

psicopatologia, 34, 36, 37

R

religiosidade, 17, 20, 29

S

serviços farmacêuticos, 40, 48

V

vigilância sanitária, 47, 49

Sobre os organizadores



  **Bruno Rodrigues de Oliveira**

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorado pela UFMS/Chapadão do Sul na área de Inteligência Artificial. É editor na Pantanal Editora e Analista no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial, com ênfase em aplicações nas áreas de Engenharia Biomédica, Ciências

Agrárias e Organizações Públicas. Contato: bruno@editorapantanal.com.br



  **Alan Mario Zuffo**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós - Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 165 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 127 resumos simples/expandidos, 66 organizações de e-books, 45 capítulos de e-books. É editor chefe da Pantanal editora e revisor de 18 revistas nacionais e internacionais. Professor adjunto na UEMA em Balsas. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



  **Jorge González Aguilera**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Atualmente, possui 74 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 50 organizações de e-books, 37 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora e da Revista Agrária Acadêmica, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com, jorge.aguilera@ufms.br.



ID Aris Verdecia Peña

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Professora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e seis organizações de e-books.



ID Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br